

EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

JOSÉ EDUARDO MOURA



EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

JOSÉ EDUARDO MOURA

PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Núcleo de Educação a Distância (NEaD)

REVISÃO GRAMATICAL

João Maria de Lima

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

José Eduardo Moura

Núcleo de Educação a Distância (NEaD)



© 2021 José Eduardo Moura & UNI-RN
Qualquer parte desta publicação pode ser
reproduzida, desde que citada a fonte.

REITOR:

Prof^o Daladier Pessoa Cunha Lima

VICE-REITORA:

Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca

PRÓ-REITORA ACADÊMICA:

Prof^a Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

DIRETORA ACADÊMICA:

Prof^a Wannise de Santana Lima

COORDENADORA INSTITUCIONAL:

Carla Andressa de Azevedo Costa

COORDENADOR DE PESQUISA E

PÓS-GRADUAÇÃO:

Prof^o Aluísio Alberto Dantas

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO:

Prof^o Alcir Veras

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A

DISTÂNCIA:

Prof^a Wannise de Santana Lima

José Lucas de Paiva Victor

Cristiane Clébia Barbosa

Everlane Ferreira Moura

Leonardo Gonçalves de Almeida

Luciano Medeiros de Araújo

Artur Torres de Oliveira Bezerra

Bruno Marques Sales

Marina Beatriz de Medeiros Santos

Vanessa Lima da Silva Melo

Catálogo na Publicação - Biblioteca UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Moura, José Eduardo.

Epistemologia geral e teoria da argumentação / José Eduardo Moura; Revisão gramatical: João Maria de Lima; Capa, Projeto gráfico e diagramação: José Eduardo Moura e Núcleo de Educação a Distância (NEaD). – Natal: UNI-RN, 2021.

122 p.

Material didático-pedagógico para alunos de Direito e Psicologia do UNI-RN.

ISBN: 978-65-88305-02-7

1. Epistemologia. 2. Argumentação. 3. Justificação. 4. Validade. 5. Lógica. I. Lima, João Maria de. II. Núcleo de Educação a Distância (NEaD). III. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 165

Larissa Inês da Costa (CRB 15/657)



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

57 Figura 1 - Relações entre áreas da Filosofia



LISTA DE TABELAS

- 69** Tabela 1 - Formalização do Argumento do primeiro parágrafo de A Crença
- 69** Tabela 2 - Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de A Crença

SUMÁRIO

| | |
|------------|---|
| 04 | Apresentação do professor |
| 05 | Apresentação da disciplina |
| 07 | Plano de Ensino |
| | |
| 20 | 1. Preliminares |
| | |
| 25 | 1.1. Pensamento e linguagem |
| 31 | 1.2. Linguagem: jogo, uso e significado |
| 41 | 1.3. Proposição e sentença |
| 44 | 1.4. Uso e menção |
| 45 | 1.5. Conhecer e argumentar |
| 46 | 1.6. Introdução à lógica proposital |
| | |
| 53 | 2. Epistemologia e lógica como Filosofia |
| | |
| 61 | 3. O Conhecimento |
| | |
| 63 | 3.1. A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”) |
| 116 | 3.2. O problema de Gettier |
| 116 | 3.3. A justificação e a argumentação |
| | |
| 117 | Referências |

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Olá.

Meu nome é José Eduardo de Almeida Moura. Sou Licenciado em Pedagogia e, como me meti em ensino superior, fiz Mestrado e Doutorado em Filosofia. O pessoal que estuda comigo costuma me chamar de Zé.

Ensino há muito tempo e faço isso com gosto.

Essa vai ser a minha primeira experiência com essa metodologia de ensino e, por isso, conto com sua crítica para apontar meus erros e melhorar o material que utilizamos.

Vamos trabalhar duro nesta disciplina. Você contará comigo para as discussões necessárias e disporá, para isso, dos meios de discussão do AVA e do e-mail.

joseeduardomoura@unirn.edu.br



Apresentação da Disciplina

A disciplina Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação é fundamental para sua formação, mas tem uma característica muito particular: não desenvolve conteúdos profissionalizantes (a não ser para filósofos). Sua natureza é instrumental. Serão feitas leituras e discussões com o objetivo de

Objetivo 0.0.1 *melhorar suas práticas de ler e discutir.*

Mas não vamos tratar de técnicas de leitura nem de oratória. Essa aprendizagem será consequência da aplicação, em qualquer conteúdo, do que será discutido.

Se observar com cuidado suas práticas diárias de uso da linguagem comum, nas conversas, nas leituras, nas reclamações, nos seus monólogos solitários, nos murmúrios ininteligíveis do dia a dia, você se dará conta do quanto de conhecimento (matéria de análise da epistemologia) e de justificação, fundamentação, prova (temas de análise da teoria da argumentação) usa. E, assim mesmo! Sem se dar conta que está argumentando sobre o que sabe ou faz, sem se dar conta que usa conhecimentos e saberes comuns e pessoais.

Esta disciplina, Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação, quer discutir essas coisas para

Objetivo 0.0.2 *melhorar seu desempenho nessas práticas comuns e na leitura e produção de textos científicos e jurídicos.*

Entendeu mais ou menos? Ao longo da disciplina tudo isso será esclarecido!

O exame do **Plano de Ensino** seguinte (e que tem cópia no AVA) fará as coisas ficarem mais claras.

Plano de Ensino

I – DISCIPLINA

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

PROFESSOR: José Eduardo de Almeida Moura

e-mail: joseeduardomoura@unirn.edu.br

PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 60h

CURSO: Direito e Psicologia

II – EMENTA

Teoria da Argumentação como Lógica. A Epistemologia e a Lógica como disciplinas filosóficas. O lugar da linguagem no processo de conhecimento. Conhecimento e ação: saber, saber-fazer, conhecer lugares e pessoas. A definição tripartida de conhecimento. Teorias sobre Crença, sobre Verdade, sobre Justificação. Justificação, Fundamentação, Argumentação. Argumentar e demonstrar. O lugar da lógica na argumentação. Os Esquemas de Argumentação comuns na ciência e no Direito. A avaliação dos argumentos científicos e jurídicos.

III. COMPETÊNCIAS – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

O aluno deve concluir a disciplina sendo capaz de:

- 1 compreender as principais características do conhecimento e distingui-lo da opinião e da ignorância;
- 2 entender alguns problemas relativos às discussões sobre conhecimento;
- 3 adotar uma metodologia crítica (filosófica) de leitura e discussão de textos;
- 4 identificar dados da prática profissional que sejam indicadores da necessidade de novas explicações;
- 5 identificar argumentos e aplicar elementos de lógica para a análise da validade de argumentos;
- 6 identificar, entre argumentos não-válidos, as falácias comuns, e avaliá-las e refutá-las;
- 7 elaborar e apresentar argumentos orais e escritos;
- 8 praticar a argumentação para defesa e refutação de seus pontos de vista;
- 9 saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
- 10 identificar, definir e formular questões de investigação em seu campo profissional, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de

dados em projetos de pesquisa, através do desenvolvimento das seguintes habilidades:

- 1 capacidade de leitura, de análise e de compreensão de textos e documentos;
- 2 capacidade de utilização do raciocínio lógico-dialético, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, a partir da realidade fática circundante.
- 3 capacidade de leitura e interpretação de comunicações científicas e relatórios técnicos;
- 4 capacidade para utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Preliminares:
 - 1.1. Pensamento e linguagem
 - 1.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 1.3. Proposição e sentença
 - 1.4. Uso e menção
 - 1.5. Conhecer e argumentar
 - 1.6. Introdução à lógica proposicional
2. Epistemologia e Lógica como filosofia
 - 2.1. As áreas / disciplinas filosóficas

3. O conhecimento

3.1. A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)

3.2. O problema de Gettier

3.3. A justificação e a argumentação

UNIDADE II

1. A teoria clássica da argumentação

1.1. A lógica

1.2. A retórica

2. O argumento como estrutura discursiva/dialogal.

2.1. A identificação de argumentos.

3. A forma lógica dos argumentos.

4. A representação e a análise dos argumentos.

4.1. A representação dos argumentos.

4.2. A análise dos argumentos.

4.3. O válido e o falacioso.

4.4. A refutação.

V – METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida considerando-se a ideia de que professor e estudante são responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, caberá ao professor o papel de definir o conteúdo, elaborar material de apoio, estimular os estudantes, bem como identificar métodos

didáticos capazes de promover da melhor forma possível o aprendizado. Ao estudante, por sua vez, caberá dedicar-se ao estudo e colaborar com sua participação em sala de aula presencial ou virtual e em atividades extraclasse, quando for o caso, assim como procurar aprofundar os estudos sobre assuntos de seu interesse.

O estudo do conteúdo proposto dar-se-á através das seguintes técnicas de ensino: exposição dialogada, estudo de caso, estudo e discussão em grupos, e resolução de exercícios, pelo do AVA, utilizando meios de comunicação eletrônicos, como Fóruns, Conversas (“chats”), Vídeo-aulas e outros.

VI – AVALIAÇÃO

O processo de avaliação da aprendizagem do estudante realizar-se-á de forma contínua, levando-se em consideração: os exames periódicos, atendendo às normas do UNIRN; a assiduidade; a participação nas atividades acadêmicas desenvolvidas em sala de aula (trabalhos individuais e em grupo); e a resolução dos exercícios postados no AVA.

A nota de Primeira Unidade (Primeira Avaliação) será a média aritmética simples dos exercícios (30%) e prova (70%) realizados. A nota da Segunda Unidade (Segunda Avaliação) será 30% definida pela média aritmética simples dos exercícios realizados e 70% definida pela nota da Prova para a Segunda Avaliação, conforme as normas vigentes.

VII – BIBLIOGRAFIA

• BÁSICA

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito*. São Paulo: Landi. 2000.
COPI, I. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978. (10)

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALTON, D. *Lógica informal*. Um manual de argumentação crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SHAND, John. *O que é a filosofia?*. <https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

CHISHOLM, R. *O que é a teoria do conhecimento?*. <https://criticanarede.com/epiqueeaepist.html>

GETTIER, Edmund. *É a crença verdadeira justificada conhecimento?*. <https://criticanarede.com/epigetier.html>

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento*. Uma Introdução Temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

• COMPLEMENTAR

AJDUKIEWICZ, Kazimierz. *Problemas e teorias da filosofia: teoria do conhecimento e metafísica*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979. 180 p.

ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*.

ARISTÓTELES. *Tópicos*.

ARISTÓTELES. *Refutações Sofísticas*.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Argumentação Jurídica*. São Paulo: Manole, 2014.

HESSSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 4.ed. Coimbra: Armênio Amado, 1968.

MARCONDES, D. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 9a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MARCONDES, D. *Textos Básicos de Filosofia dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.

-
- OLIVA, Alberto. *Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- PERELMAN, C. *Lógica jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (06)
- PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. São Paulo: Victor Civita, 1983. 294 p. (Os Pensadores).
- PLATÃO. *Teeteto*.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SALMON, W. C. *Lógica*. Rio: Zahar, 1973.
- SUDATTI, A. B. *Raciocínio jurídico e nova retórica*. São Paulo: Quartie Latin, 2003.
- THOMSON, A. *Critical reasoning: a practical introduction*. New York: Routledge, 2009.

IX – CRONOGRAMA

Ajustável, de acordo com o desempenho da turma. Parte fixa: avaliações online, conforme o Calendário.

Importante: Releia, com atenção, o item III Competências.

Você observou que somente 1 e 2 da lista de Competências fazem referência a algum conteúdo específico. Todas as outras competências listadas são de natureza não contudística. São construídas através de verbos como "adotar, identificar, elaborar, praticar, saber buscar, definir e formular questões". Isso caracteriza bem esta disciplina, quando ministrada no primeiro semestre de um curso superior. Não há um conteúdo profissionalizante a ser aprendido. Há um conteúdo que permite o desenvolvimento de técnicas de re-

finamento intelectual para melhorar padrões de análise e crítica de textos orais e escritos.

Você verá!!

Para complementar, veja as habilidades. Tudo é coisa geral, que serve para tudo. Tudo isso exige uma Metodologia de Ensino/Aprendizagem muito adequada ao seu envolvimento nesse processo.

Mais Importante!!!

Releia a METODOLOGIA.

Entendeu? Entendeu que sua parte é maior que a do professor?

Pois é.

A disciplina será desenvolvida considerando-se a ideia de que professor e estudante são responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, caberá ao professor o papel de definir o conteúdo, elaborar material de apoio, estimular os estudantes, bem como identificar métodos didáticos capazes de promover da melhor forma possível o aprendizado. Ao estudante, por sua vez, caberá dedicar-se ao estudo e colaborar com sua participação em sala de aula presencial ou virtual e em atividades extraclasse, quando for o caso, assim como procurar aprofundar os estudos sobre assuntos de seu interesse.

Viu que não existe isso de o professor ensinar?! O processo de ensino/aprendizagem é resultado de uma ação comum entre aluno e professor.

Pense no seguinte: as informações que são frutos das artes, da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação

de massa e de todos os meios de geração e manipulação de dados estão à disposição de quem tem acesso à *Rede*, à *Web*, à Internet. Tudo o que alguém quer saber está lá. É só fazer a pergunta certa através do instrumento de busca preferido e virão respostas, informações de todo tipo e qualidade. Pronto!

Qual é o problema?

A qualidade e a usabilidade das informações obtidas.

Qual o filtro que pode ser usado para qualificar a boa informação?

A análise crítica das informações. É isso o que tentaremos desenvolver: ferramentas para melhorar a qualidade da análise que pode ser feita sobre as informações disponíveis. E essas ferramentas advirão da compreensão que permita distinguir o conhecimento da mera opinião, a fundamentação da mera indicação de razões.

Agora, ficou mais claro?

Pois, vamos adiante.

Como isso vai se desenvolver em ambiente acadêmico de ensino/aprendizagem, deve haver AVALIAÇÃO. A famosa avaliação da aprendizagem, o que significa que haverá exercícios e provas para nota, de acordo com as normas do UNI-RN, i.e., exercícios e outros trabalhos valendo 30% da nota final da Unidade e uma Prova valendo 70%.

Os exercícios e a prova deverão ser feitos para avaliar aquelas competências e habilidades que — se espera — sejam desenvolvidas através da disciplina e sempre exigirão alguma atenção e dedicação aos textos e às preleções orais (aulas), presenciais ou via internet, conforme as circunstâncias. Mas, uma coisa é certa: esses trabalhos sempre serão uma

ocasião para você **exibir o que aprendeu** de novo. O que você não aprender deve ser trazido para as discussões, por quem tenha problemas que os textos e as aulas não tenham resolvido.

A BIBLIOGRAFIA, além de alguns textos clássicos, contará com artigos disponíveis na internet. Alguns porque são interessantes, outros porque são atuais. Sobre eles haverá, também, exercícios de leitura, i.e., exercícios de cobrança de leitura.

O CRONOGRAMA será apresentado à parte, para maior facilidade de adequação ao desenvolvimento do curso.

Pronto! Isso é a apresentação da disciplina.

Agora, vamos ao trabalho!

Unidade I

A **UNIDADE I** desenvolve algumas ideias que são fundamentais para a continuidade de toda a reflexão sobre conhecimento e argumentação. Estabelece alguns pressupostos fundamentais sobre linguagem e fixa um vocabulário inicial para a discussão sobre os temas que serão desenvolvidos.

Veja a seguir o que o Plano de Ensino apresenta.

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

UNIDADE I

1. Preliminares:
 - 1.1. Pensamento e linguagem
 - 1.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 1.3. Proposição e sentença
 - 1.4. Uso e menção
 - 1.5. Conhecer e argumentar
 - 1.6. Introdução à lógica proposicional
2. Epistemologia e Lógica como filosofia
 - 2.1. As áreas / disciplinas filosóficas
3. O conhecimento
 - 3.1. A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)
 - 3.2. O problema de Gettier
 - 3.3. Justificação e argumentação

Bibliografia

Os principais textos para acompanhar as discussões desta Unidade são:

COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

FREGE, G. Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. *Os Pensadores: Peirce, Frege*. Vol. XXXVI. São Paulo: Abril Cultural, 19xx, pág. 195-199.

GENSLER, H. j. *Apostila de Lógica*. Tradução Livre Resumida da 1ª Parte do Livro *Introduction to Logic* de H. J. Gensler. Introdução e Capítulo 3. UFRN - Natal (Disponível no AVA)

SHAND, J. *O que é a filosofia?*

<https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

STONE, J. *Jogos e semelhanças de família*. <https://criticanarede.com/stone.html>

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. Acesso à versão portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, através do endereço:

<https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/16235147/ISBN-978-972-31-0383-0-225h.pdf>

Há várias maneiras de introduzir as discussões sobre Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação.

Para começar, leia o texto seguinte:

Sei que, **em razão** de meu voto e de minha conhecida posição em defesa dos direitos das minorias (**que compõem** os denominados “*grupos vulneráveis*”), **serei inevitavelmente incluído** no “*Index*” **mantido** pelos cultores da intolerância **cujas mentes sombrias – que rejeitam** o pensamento crítico, **que repudiam** o direito ao dissenso, **que ignoram** o sentido democrático da alteridade e do pluralismo de ideias, **que se apresentam** como corifeus e epígonos de sectárias doutrinas fundamentalistas – **desconhecem a importância** do convívio harmonioso e respeitoso entre visões de mundo antagônicas!!!!

Esse trecho é o fragmento inicial do primeiro parágrafo do voto do ex-Ministro Celso de Mello, proferido no dia 20 de fevereiro de 2019 (há dois anos) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 Distrito Federal (Há cópia do Voto no AVA). É a famosa discussão sobre a criminalização da Homofobia e semelhantes. Mas, isso não é o caso, agora.

Preste atenção a outros detalhes:

- primeiro, veja a quantidade de recursos usados para por ênfase em algumas expressões. Isso é, certamente, exagero, em um texto escrito. Não tem muito sentido usar negrito e sublinhado na mesma expressão, ou semelhantemente, aspas e itálico. Esse exagero de ênfase só tem sentido se se considerar como marcas de leitura. Afinal, o voto foi **lido** no Plenário do STF. Então, certamente, são marcas pessoais para definir recursos orais a serem utilizados na apresentação. Mas não é isso que interessa agora.
- segundo, olhe outra vez para o início do texto. Viu?

“Sei que, em razão de [...]”

Gente inteligente, quando diz que sabe, é capaz de justificar o que diz. Isto é, argumenta. Sabe, além do que diz, que o conhecimento é expresso em uma frase para a qual é capaz de apresentar razões, fundamento, justificação.

- por fim, esse fragmento inicial do voto **contém um argumento**, cuja conclusão é: “**serei inevitavelmente incluído** no “*Index*” **mantido** pelos cultores da intolerância”. E as premissas? Todo argumento é formado por conclusão e a(s) premissa(s) que a justificam. Aí entra sua parte!

Dever de Casa 1.0.1 Descubra, no trecho do voto em análise, as premissas que são apresentadas para justificar a conclusão (do argumento desenvolvido). Depois vá ao AVA. Lá há um exercício,

Exercício 1.0.2 O Ex. O, para você escrever sua resposta.

Veja outro belo argumento que está no parágrafo inicial do texto *A Crença* (MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. *A Crença*. In: MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 47-65.)

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

SE a análise epistêmica tradicional estiver correta, [ENTÃO] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

DESCRITA DESSE MODO, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE diversos epistemólogos tradicionais

não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões ‘DESCRITA DESSE MODO’ e ‘TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE’ podem ser lidas como **por isso?**

Então, a frase regida pelas expressões “por isso” é uma **CONCLUSÃO** extraída da anterior.

Logo, há um argumento aí:

PREMISSA : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 2 : Isso explica porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação importante: **a cada conclusão corresponde um argumento.**

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Dever de Casa 1.0.3 *Tente descobrir quais são as premissas que foram omitidas, estão implícitas, nesses argumentos e leve suas descobertas para o AVA. Lá está*

Exercício 1.0.4 *O Ex. 00 com espaço para você colocar sua resposta.*

Viu? Um argumento da área jurídica e um argumento da filosofia. Vamos, agora, em busca de um bom argumento em um artigo da psicologia.

a literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental em função de um ecletismo paradigmático encontrado em suas bases. Muitas vezes as bases epistemológicas da PCE encontram-se confundidas com os pressupostos de outras teorias como o Behaviorismo, as Ciências Cognitivas, o Cognitivismo e algumas vezes até mesmo a Psicologia da Gestalt. Em outros casos, o aprofundamento teórico tem centrado na investigação das bases filosóficas das Ciências Cognitivas. (NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Bases Epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Mar 2011, Vol. 27 n. 1, pp. 103-112)

Viu a conclusão: “a literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental”?

Pois bem! Aí há um argumento.

Dever de Casa 1.0.5 *Estruture esse argumento. Marque as premissas que estão presentes no texto e descubra as que foram omitidas. Monte o argumento completo no AVA, no espaço do*

Exercício 1.0.6 *O Ex. 000 tem espaço para você colocar suas descobertas.*

* * *

Você deve ter se dado conta que há uma vinculação entre saber, conhecer, poder dizer alguma coisa relevante com segurança e a justificação do que se pretende que os outros aceitem. Isso é argumentação.

Pois é essa vinculação entre conhecimento e argumentação (justificação) que vamos explorar nesse curso. Assim, esse curso passará pela compreensão da função da linguagem e sua relação com o pensamento, com as relações que, através da linguagem, cada um estabelece com o mundo, com as coisas do mundo e com as pessoas que estão no mundo.

Durante nossas discussões, tente pensar nas explicações comuns, nas explicações religiosas, nas explicações filosóficas, nas explicações científicas, nas “explicações” — manifestações — artísticas que pretendem dar conta da inserção do homem no mundo.

1.1 Pensamento e linguagem

Objetivo 1.1.1 *Ao término desta primeira discussão, você deverá ser capaz de entender a relação mais elementar entre pensamento e linguagem.*

Uma coisa comum, a que ninguém dá mais atenção, é que todos vivemos no “mundo da linguagem”. Todos falamos das coisas e das relações com as coisas e pessoas como se isso fosse muito mais simples do que se pode imaginar. Ninguém se lembra que, um dia, não falava e ninguém tem

a mínima lembrança de como começou a falar, como as palavras apareceram em sua experiência pessoal e como significados foram associados às palavras mais comuns do dia a dia. Ninguém se dá conta do que não pode ser dito.

Parece isso mesmo! Parece que é natural aprender a língua que se fala em casa e ninguém se lembra das consequências disso.

Dever de Casa 1.1.2 *Examine algumas ideias de FREGE sobre a relação entre pensamento e linguagem. Há, no AVA, uma versão de Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. Vá lá. Procure entender como ele relaciona linguagem e pensamento e descubra porque a riqueza da linguagem natural (ou ordinária) gera problemas na ciência e no próprio pensamento.*

Você vai encontrar no texto de Frege algumas ideias interessantes, como:

- mal-entendidos e erros na ciência e no pensamento têm origem na imperfeição da linguagem, mas não podemos dispensar os sinais sensíveis para pensar
- os sinais tornam presente o ausente, invisível e talvez insensível
- um sinal para uma representação reúne a sua volta outras representações

“Os sinais têm para o pensamento o mesmo significado que para a navegação a ideia de utilizar o vento para velejar contra o vento.”

- pensamos em palavras, e sem sinais não nos elevaríamos ao pensamento conceitual

“Atribuindo o mesmo sinal a coisas semelhantes, designamos propriamente não mais a coisa singular mas o que lhes é comum, o conceito.”

- os sinais são indispensáveis, mas a linguagem é deficiente quando se trata de prevenir os erros de pensamento — não satisfaz à exigência de univocidade, não é regida por leis lógicas
- a palavra escrita prevalece diante da falada pela duração e as regras da lógica serão neste caso aplicadas como um fio de prumo

“A razão dos defeitos salientados está em uma certa maleabilidade e mutabilidade da linguagem, que é por outro lado condição de sua capacidade de desenvolvimento e de sua aplicabilidade variada.”

- **analogia com a mão:** carecemos de um conjunto de sinais do qual se expulse toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo.
- outra vantagem do sinal escrito é sua maior duração e imutabilidade: nisso assemelha-se ao conceito, como este deve ser, tanto menos decerto ao fluir incessante do curso efetivo de nosso pensamento
- faltam à linguagem de fórmulas de aritmética expressões para conexões lógicas; e, por isso, ela não merece o nome de conceitografia em sentido pleno

- da conceitografia eu exigiria o seguinte:

ela deve possuir para as relações lógicas expressões simples que, limitadas em número ao necessário, possam ser fáceis e seguramente dominadas. Estas formas devem ser apropriadas a se associarem a um conteúdo da maneira mais íntima. Deve-se esforçar por obter esta concisão, de modo a poder bem aproveitar a extensão bidimensional da superfície de escrita para a compreensibilidade da exposição.

“Tentei pois completar a linguagem de fórmulas da matemática com sinais para as relações lógicas, de modo a resultar para o domínio da matemática uma conceitografia da espécie que apresentei como desejável. [. . .] As relações lógicas repetem-se em toda parte, e os sinais para os conteúdos particulares podem ser escolhidos de modo a se acomodarem à armação da conceitografia. [. . .] Pudessem por isso também os filósofos dispensar alguma atenção ao assunto!”

Conseguiu entender o texto? Os destaques acima ajudaram?

Vamos discutir.

Você é capaz de se lembrar de alguma ocasião em que “teve de se explicar”, teve de responder a seu interlocutor com um “Não foi isso que eu quis dizer.” ou “Não foi *bem* isso que eu quis dizer.”?

O que estava acontecendo? Você estava “falando grego” para seu interlocutor ou, simplesmente, no meio em que ele vive a palavra que deu confusão significa outra coisa?

Exemplo 1.1.3 *Pense em palavras com vários significados que você usa diariamente. Por exemplo, “manga”.*

Você manga de seus amigos, quando eles dizem bobagens?

Quando você come manga na sobremesa, precisa trocar a camisa?

Quando você encontra alguém com mangas largas, você faz um convite para cavalgar?

Coveiro sabe fazer camisas de mangas cavadas?

Isso ajuda a entender o que Frege diz sobre a necessidade de **univocidade** para a linguagem científica? A maioria das palavras usadas no dia a dia é ambígua. Se você for a um dicionário vai poder observar isso com precisão. Os vários significados de cada palavra dicionarizada são apresentados, com indicação do âmbito do uso de cada um e, muitas vezes, exemplos de frases em que ocorrem essas variações.

Exemplo 1.1.4 *Veja, por exemplo, o Dicionário Online de Português:*

[https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=manga:](https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=manga)

- *manga*
 - *s.f. Fruto da mangueira, com um grande caroço central que envolve sua semente, muito conhecido por sua polpa amarelada, doce e...*
- *meia-manga*

- *s.f. Manga curta, que cobre apenas a parte superior do braço.*
- *mangar*
 - *v.t. e v.i. Escarnecer, zombar, fazer mofa. V.i. Demorar, ser lento (na execução de uma tarefa).*
- *manga-larga*
 - *adj. Bras. Diz-se de uma raça de cavalos obtida em Minas Gerais. S.m. Cavalo dessa raça.*

Exercício 1.1.5 *Tente fazer o seguinte exercício: pense sem sinal (palavras, gestos, desenhos etc.); relate sua experiência no Ex. 01 que está no AVA.*

Então!? A linguagem comum, ordinária, do dia a dia, a mesma que é usada na ciência (junto com termos técnicos específicos ou significados tornados precisos através de definições) é como a mão. Lembra-se dessa analogia no texto de Frege? Serve para muita coisa (“A mão que afaga é a mesma que apedreja.” Augusto dos Anjos.)

A necessidade de construção de instrumentos para a realização de tarefas manuais específicas (martelo, alicate, tesoura...) é a mesma apontada por Frege para a construção de uma Conceitografia (da qual vamos trabalhar um fragmento, na forma da Lógica de Proposições, indispensável para se entender certas relações entre afirmações que expressam conhecimento). Além disso, o cuidado no uso das palavras e a atenção na “interpretação” do que se lê, ouve ou

diz, é o primeiro passo para melhor trabalhar as informações que nos chegam.

Você prestou atenção na escolha de Frege pela linguagem escrita?

Pense na homofonia.

Exemplo 1.1.6 *Leia em voz alta:*

Ah! Há a beleza do não dito.

A sessão extraordinária de cessão de servidor tem base na seção 5.

Mas, mais más pessoas vivem nesse mundo.

Ouviu as diferenças?

É difícil. Por isso, também a escolha pelo escrito.

Dever de Casa 1.1.7 *Faça o exercício descrito adiante, para descobrir o quanto você já passou, sem dar maior importância, por “refinamentos” de significado. Recorra a sua memória e repasse alguns “conceitos” ou definições de termos científicos que você “aprendeu” no decorrer dos seus anos escolares. Compare algum conteúdo de Física, Biologia ou Química do Ensino Fundamental com a mesma matéria no Ensino Médio. Veja como “as mesmas coisas” passaram a ser diferentes.*

Exercício 1.1.8 *Relate sua experiência no AVA, no Ex. 02.*

1.2 Linguagem: jogo, uso e significado

O objetivo desta segunda parte é

Objetivo 1.2.1 *apresentar e discutir duas ideias muito interessantes desenvolvidas por Wittgenstein: a relação entre uso e significado (de expressões linguísticas) e jogo.*

Agora, vamos conhecer um pouco da teoria da linguagem de Wittgenstein que, primeiro, seguiu Frege (e desenvolveu uma teoria da linguagem ideal no *Tractatus Logico-Philosophicus* e, depois, apresentou uma teoria que mudou completamente sua forma de pensar a linguagem e desenvolveu, nas *Investigações Filosóficas* e outros textos (seguintes?), uma teoria da linguagem comum. Ele se deu conta da complexidade dos usos da linguagem, comparou-os a jogos e definiu o significado das expressões linguísticas a partir desses elementos e da noção de semelhanças de família.

Para começar uma discussão produtiva, procure e leia o livro

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

Há edições eletrônicas na Internet.

Na Internet, há muita coisa interessante sobre essas teorias de Wittgenstein, filósofo austríaco que viveu 62 anos (nasceu em Viena, em abril de 1889 e morreu na Inglaterra, em Cambridge, em 1951). Veja, por exemplo:

- uma aula do Prof. Cláudio Costa (UFRN) sobre jogo de linguagem:

<https://www.youtube.com/watch?v=lQksIdBy7xc>

- traduções do *Tractatus* e das *Investigações*, da Editora da Fundação Calouste Gulbenkian:

https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads-/2020/09/16235147/ISBN-978-972-31-0383-0_225h.pdf

- um texto muito interessante de Sofia Miguens, Filosofia da Linguagem — Uma introdução:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23459/3/LIVRO32007000158115.pdf>

Para iniciar a discussão, veja o texto seguinte:

UM ROTEIRO DO *TRACTATUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS* (por J. Tiago de Oliveira) é o Anexo I a Alguns comentários sobre o "Tractatus", de J. Tiago de Oliveira, que está na versão do *Tractatus Logico-Philosophicus* de L. Wittgenstein, traduzido por M. S. Lourenço e publicado em Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015. A versão original do *Tractatus* foi publicada em Londres, por Routledge and Kegan Paul, em 1922.

Esse texto, escrito em português de Portugal em uma tradução diferente da de M. S. Lourenço, ajuda a entender a estrutura do "Tractatus".

Mantive como o encontrei na publicação citada, exceto por acrescentar, entre colchetes, após o enunciado de cada proposição original, a tradução de Lourenço e esquematizar o texto (listar em itens) para facilitar a leitura.

UM ROTEIRO DO "TRACTATUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS"

Após o prólogo em que Wittgenstein refere procurar determinar os limites à expressão do pensamento, esclarecendo pensar ter resolvido a questão, o que considera pouco, segue-se uma longa série de pensamentos

(versículos!), indexados de forma decimal, com graduação de importância e relação.

Para as sete suras vamos usar como título o primeiro versículo; a última reduz-se, apenas, ao título.

1. O mundo é tudo o que acontece [1 O mundo é tudo o que é o caso.]: trata do mundo e dos fatos;
2. 2 O que acontece, o fato, é a existência dos estados de coisas [2 O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.]: estuda
 - os fatos,
 - as coisas,
 - a independência mútua dos estados de coisas,
 - o espaço lógico,
 - os objetos e a sua simplicidade,
 - a figura e a analogia (correspondência) entre a figura e o figurado;
3. A figura lógica dos fatos é o pensamento [3 A imagem lógica dos fatos é o pensamento.]: analisa
 - o pensamento verdadeiro como figura do mundo,
 - as proposições como símbolos de uma projeção (representação) do mundo e como figura das coisas,
 - os sinais primitivos e as elucidações,
 - as proposições e o sentido,
 - os nomes a representar objetos,
 - as proposições como junções de verdade das expressões que contém,
 - a teoria dos tipos,

- a necessidade de um simbolismo rigoroso,
 - as definições como traduções de linguagem;
4. O pensamento é a proposição com significado [4 O pensamento é a proposição com sentido.): descreve
- a linguagem,
 - os conjuntos de proposições,
 - a impossibilidade de captar a lógica da linguagem,
 - de novo e mais detalhadamente a proposição como figura da realidade e a proposição e o seu sentido,
 - a verdade ou falsidade da proposição ligada a ser figura da realidade,
 - o espaço lógico e a verdade,
 - os nomes e as coisas,
 - a ciência como totalidade das expressões verdadeiras,
 - o sem-sentido da maior parte dos escritos de Filosofia e esta como actividade logicamente esclarecedora do pensamento,
 - a forma lógica e as proposições,
 - a noção de número,
 - as proposições elementares e os fatos atômicos,
 - as tabelas de verdade da Lógica,
 - as tautologias e as contradições como não-figuras da realidade,
 - as proposições como conseqüências das proposições elementares.
5. A proposição é uma função de verdade da proposição elementar [5 A proposição é uma função

de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de se própria.): trata

- dos fundamentos da verdade das proposições,
 - do significado da dedução,
 - da negação da causalidade,
 - da noção de probabilidade,
 - do efeito (iterado) de operações,
 - de alguns elementos de lógica proposicional e funcional,
 - das proposições do tipo «A crê p»,
 - dos limites da linguagem e os limites do mundo,
 - do solipsismo;
6. A forma geral de uma função de verdade é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$.¹ [6 A forma geral de uma função de verdade é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. Esta é a forma geral da proposição.] descreve :
- a representação acima,
 - os números (finitos),
 - a Lógica como conjunto de tautologias,
 - uma outra forma das relações de verdade,
 - a Lógica não como doutrina mas como reflexo do mundo,
 - a Matemática como método lógico,

¹ O símbolo que ele usa é $[\bar{p}, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. A explicação deste símbolo é a seguinte: p representa todas as proposições atômicas $\bar{}$ representa qualquer conjunto de proposições $N(\bar{\xi})$ representa a negação de todas as proposições que constituem $\bar{}$. Da Introdução de Bertrand Russell, p. 12

- a causalidade como forma de lei,
 - a antítese entre a Lógica e a Mecânica,
 - a indução (experimental) como procura da lei mais simples compatível com a experiência,
 - o mundo independente da vontade individual,
 - a inexistência de proposições de ética e estética,
 - pensamentos em torno da morte e de Deus,
 - o sem-sentido do cepticismo,
 - o místico,
 - o inexpressável;
7. Do que se não pode falar, é melhor calar-se [7 Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar calado.]: ...e mais nada, o que mostra que a linguagem não pode exprimir tudo.

Conseguiu entender?

Veja o que diz o Prof. C. Costa:

O Tractatus Logico-Philosophicus é um livro com cerca de oitenta páginas de aforismos numerados. O estilo oracular desses aforismos, tão sugestivos quanto ambíguos, e um insuficiente esclarecimento da maneira como devemos relacioná-los entre si, torna o entendimento quase impossível na falta de uma maior familiaridade com o contexto no qual eles foram formulados. (Claudio Ferreira Costa. **Filosofia da Linguagem** (PAP - Filosofia). Apple Books. p. 30)

Isso não impede, no entanto, de continuar discutindo, para melhor entender. É o que têm feito muitos filósofos

e, por isso, há muitos artigos bons escritos sobre o tema e disponíveis na Internet.

Agora, a **segunda teoria de Wittgenstein**. A teoria que ele elabora através de muitos textos que, ainda hoje, estão sendo organizados e publicados.

Mas, vamos lá. Vamos ver um pouco do que Cláudio Costa diz sobre isso em seu *Filosofia da Linguagem* já fartamente citado.

Veja essas Notas de leitura que elaborei para facilitar nossas discussões. Aí está, obviamente, a minha forma de destacar o que me parece importante do que diz o autor do texto. Não deixe de ler:

COSTA, C. Wittgenstein: linguagem como figuração e como instrumento. In: COSTA, C. *Filosofia da Linguagem*. PAP, Zahar, 4^a ed., 2011, (2002), p. 42-52.

Você pode ver as coisas de uma maneira diferente. Mas veja o que anotei.

Na leitura desse trecho do livro de COSTA (“A linguagem como instrumento na filosofia posterior.”), prestar atenção a:

- Em Cambridge, em 1929, Wittgenstein concluiu que a tentativa do *Tractatus* de construir a linguagem e o mundo a partir de elementos atômicos havia falhado. A **deficiência fundamental é não atentar para o modo como a linguagem efetivamente funciona**.
- Passos para a construção da nova teoria:
 - reformulação que deu ao chamado princípio da verificabilidade:

Definição 1.2.2 *O significado de uma frase consiste no modo como ela pode ser verificada, isto é, na maneira através da qual pode ser sabido se ela é verdadeira ou não.*

- Limites de significação: frases que não sabemos como verificar não possuem sentido.

Exemplo 1.2.3 *Exemplos clássicos de frases que carecem de meios de verificação:*

- * *“Existe um Deus onipotente, onipresente e onisciente.”*
 - * *“Pão e vinho se transformam, durante a eucaristia, no corpo e no sangue de Cristo.”*
 - * *“Há, além do mundo tal como o experienciamos, um mundo da coisa em si (noumênico), que é incognoscível.” (Kant)*
 - * *“O absoluto se desdobra em tríades dialéticas sucessivas.” (Hegel)*
 - * *“O nada nadaifica.” (Heidegger)*
- Ver crítica à relação com a definição de verdade por correspondência (Costa p. 45-46)

- **Significado e uso**

“As palavras”, escreveu Wittgenstein, “só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital.”

- Comparação da linguagem com as ferramentas de uma caixa de ferramentas ou com as alavancas de uma locomotiva — formas semelhantes, funções podem ser muito diversas. Uma mesma

ferramenta pode ser usada de diferentes maneiras, de acordo com as circunstâncias.

- A palavra “uso” (*Gebrauch*) deve ser entendida no sentido de “modo de uso” (*Gebrauchsweise*) — a maneira, o modo como a expressão foi usada.
- Outra noção fundamental: a de jogos de linguagem

“Característico do jogo de linguagem é que ele é parte de uma forma de vida, sendo primariamente praticado em meio ao contexto social em que os falantes vivem.”

- Ao jogo pertencem não só as palavras, mas os participantes, os objetos e outros elementos contextuais

“É, pois, fundamental notarmos que as regras do jogo de linguagem podem dizer respeito não somente a signos linguísticos, mas também aos participantes do jogo, aos objetos, às ações humanas, ao contexto. Eis por que considerar o significado das expressões nos jogos de linguagem é considerá-lo do ponto de vista do modo de uso, isto é, como parte natural das ações humanas radicadas em uma forma de vida.”

- Explicação para isso: aprendemos a maioria dos jogos de linguagem na infância, por meio de exemplos, em situações práticas, através de um exercício de “adestramento” (*Abrichtung*) no uso das expressões — caráter não-cognitivo do aprendizado dos significados.

“A filosofia”, escreve Wittgenstein nas *Investigações*, “é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos nossos meios de expressão.”

Então? Mais ou menos claro?

Oportunamente, faremos uma discussão para tirar as dúvidas. No Cronograma você verá para quando foi marcada a discussão sobre isso.

Com isso, terminamos essa parte de nossa discussão. Estão estabelecidas as ideias preliminares de linguagem, uso, significado, relação entre linguagem e pensamento. Vamos, agora, estabelecer mais duas ideias elementares também fundamentais para discussões posteriores: proposição e sentença.

1.3 Proposição e sentença

Para fixar a diferença e a relação entre uma proposição e uma sentença, observe, com atenção, o que diz C. Costa sobre a relação que Frege estabelece entre esses termos:

A interessante sugestão de Frege é a de que o sentido da frase é o pensamento que ela expressa, pois uma mudança no sentido de um nome no interior da frase produz uma mudança no pensamento: a frase “A estrela da manhã é Vênus” exprime um pensamento diferente da frase “A estrela da tarde é Vênus”. Além disso, o sentido de uma frase é o pensamento, a ideia que ela expressa, só na medida em que tal pensamento tenha a ver com o valor-de-verdade.

O que Frege chama de pensamento (e que nós geralmente chamamos de proposição ou enunciado) é importante por ser o portador da verdade ou da falsidade. Quando dizemos que algo é verdadeiro ou falso, referimo-nos primariamente não à frase ou à sua referência, mas ao seu sentido, ao pensamento por ela expresso. Assim, no caso de estar chovendo, as frases “It is raining”, “Es regnet” e “Il pleut” são todas verdadeiras, embora elas sejam muito diferentes, e isso é assim porque o pensamento por elas expresso, o portador da verdade, é o mesmo. Frases também têm referência. A referência de uma frase é considerada por Frege como a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa.” (COSTA, C. *Filosofia da Linguagem* (PAP - Filosofia)). Apple Books. p. 14-15)

Entendeu? A diferença e as relações entre proposição e frase (ou sentença) são elementos fundamentais nos contextos de comunicação, portanto, para discussões sobre conhecimento e argumentação.

Para fixar essas ideias, pense na distinção que se pode fazer entre o que se pensa e o que é dito. Há várias formas de expressar o mesmo pensamento (a proposição). Isto é, várias frases (sentenças) diferentes podem expressar o mesmo pensamento. Observe o exemplo usado nesse fragmento citado de COSTA: quantas formas de expressar o pensamento “Está chovendo”, em línguas diferentes. Ou fazer referência ao planeta Vênus como a “Estrela de manhã” ou “Vésper”. Uma das formas de considerar a importância dessa distinção é quando o diálogo chega ao “Não estou entendendo!” e a primeira resposta é repetir com outras palavras o que não foi entendido.

Daí, fixemos: é importante cuidar das formas de dizer

e levar em conta que, às vezes, não encontramos palavras adequadas para dizer o que estamos pensando. Do mesmo modo, o nosso interlocutor está querendo dizer exatamente o que estou ouvindo ou lendo?

Atenção!!

Observe que nem todas as frases exprimem proposições. Lembra-se da relação entre proposição e “verdadeiro” e “falso”? Veja, há frases que não são verdadeiras nem falsas. Quer ver?

Exemplo 1.3.1 *Frases que não exprimem proposições:*

- *Que horas são?*
- *Tira os pés da mesa!*
- *Ser sempre corajoso.*
- *Socorro!!*
- *Agora, veja!!*
- *Quem me dera saber lógica.*
- *Prometo que amanhã vou à praia contigo.*

Então, acrescente a essas caracterizações a necessidade de dar atenção às **frases declarativas**, aquelas que podem ser **verdadeiras ou falsas**. Detalhe: não é necessário saber se a frase declarativa é, de fato, verdadeira ou falsa. Só a possibilidade de ser verdadeira ou falsa já a caracteriza como representante de uma proposição, um pensamento.

Ficou claro?

Qualquer manual de lógica elementar que você encontrar na internet detalhará essa discussão. Vá lá!

Pronto. Agora, vá ao AVA e faça o

Exercício 1.3.2 *Ex. 03 para testar se você é bem capaz de identificar proposições.*

Agora, outra questão semelhante é a diferença entre **uso** e **menção** de expressões linguísticas. Vejamos.

1.4 Uso e menção

Nós, em geral, **usamos** as palavras para falar das coisas do mundo. Mas, às vezes, precisamos falar das palavras e para isso, as **mencionamos**. Quer ver? Pense nas situações seguintes:

Todo gato tem 4 patas.

O gato de Maria é preto.

Escreva ‘gato’ com ‘g’ maiúsculo.

‘Gato’ tem 4 letras.

Viu? Nas duas primeiras frases, **usei** a palavra ‘gato’. Nas outras duas, **mencionei, citei** a palavra ‘gato’.

Ficou claro?

Então, agora, só precisamos dispor de uma regra geral para informar quando estamos falando do objeto a que uma expressão linguística se refere e quando estamos falando da expressão linguística. Uma notação comum é a que usamos: as palavras, quando queremos falar delas, devem ser colocadas entre aspas simples, como em ‘gato’ e ‘Gato’ nas duas

últimas frases. Assim como destacar em uma linha indica a menção a uma expressão e não seu uso.

Semelhantemente, precisamos ter cuidado com a diferença entre a linguagem que usamos para falar das coisas e a linguagem que usamos para falar de própria linguagem — a metalinguagem.

Parece novidade?

Não!

Todo mundo estudou Gramática e nunca confundiu as palavras ‘nome’, ‘verbo’ ou ‘advérbio’ que definem classes de palavras com os nomes, verbos e advérbios que usamos no dia a dia. É isso. A Gramática da língua portuguesa que estudamos “está escrita” em uma metalinguagem (do português), que “fala” do português que falamos.

Pense nisso. São coisas simples que sabemos, mas nunca explicitamos as distinções, porque aprendemos com a aprendizagem “natural” da linguagem do dia a dia.

Procure artigos na internet sobre isso e traga para nossas discussões o que você achar interessante.

Exercício 1.4.1 *Vá ao AVA e faça o Ex. 04 Sobre uso e menção.*

1.5 Conhecer e argumentar

Agora, chegamos mais perto dos temas de nosso curso. As relações entre ‘Conhecer’ e ‘Argumentar’ nos ocuparão durante todo o resto do curso e isso é que vai definir nossas discussões epistemológicas e lógicas (da teoria da argumentação).

Em poucas palavras, somente para localizar a discussão, pense nas situações de diálogos comuns em que são colocados problemas do tipo:

- Como você pode dizer isso?
- Não acredito que você pense assim!!
- Você pode provar o que está dizendo?
- Isso não tem fundamento!!

e outras, semelhantes, que põem em dúvida o que você afirma ou pedem justificação para o que você acabou de dizer.

Essas situações exibem a relação comum, característica da prática diária, entre conhecer e justificar. Além disso, tendemos a justificar nossas ações e nossas crenças, além de nossos conhecimentos.

Se dermos uma olhada na prática da ciência, da psicologia, do direito, vamos encontrar a exigência formal de argumentação para justificar (provar) os resultados da pesquisa, a conclusão dos laudos, as decisões, os pedidos, as contestações.

É essa relação entre conhecimento e justificação que vai orientar nossas discussões em Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação. Ela é clara em um texto de Aristóteles (Segundos Analíticos) que leremos.

Agora, o último tópico dessas ideias preliminares.

1.6 Introdução à lógica proposicional

Parece estranho considerar que uma Introdução à Lógica Proposicional é preliminar necessária para discussões sobre

conhecimento. Mas leve em conta situações como:

Sei que, se você vai à praia, encontra Maria.

Sei que você estuda Psicologia; e Maria, Direito.

Sei que você vai ao Cinema ou ao Shopping.

Sei que não vou almoçar fora hoje.

e outras semelhantes. Pense, agora: você nunca fez afirmações de conhecimento semelhantes a essas?!

Pois é, a toda hora você faz construções que usam expressões como “se ... então - - -”, “e”, “ou” e “não”, e nem presta atenção a isso. E pior!! Você raramente erra na avaliação do valor de verdade dessas **afirmações compostas**. Mas, quando você “mistura” esses **operadores**, o que acontece? Por exemplo, você trata a afirmação “Você vai ao Cinema ou ao Shopping” como verdadeira, se uma das **afirmações simples** se realiza, é verdadeira. E quando você afirma

Você não vai ao Cinema ou vai ao Shopping.

ou

Não é verdade que você vai ao Cinema ou vai ao Shopping.

ou se disser

Não é verdade que você não vai ao Cinema ou vai ao Shopping.

o que acontece? Você avalia essas novas afirmações compostas com a mesma segurança com que avalia as mais simples?

Vamos esclarecer. Vamos usar alguns recursos desenvolvidos pelos Lógicos para facilitar a visualização dessas frases compostas. Vamos usar letras latinas maiúsculas (A, B, ..., P, Q, ...) para representar frases simples, **sentenças declarativas simples**. Assim:

- “Você vai ao Cinema” é representada por “C” (para lembrar Cinema);
- “Você vai ao Shopping” é representadas por “S”.

Os operadores de composição, são, geralmente:

- “ \sim ” (ou “ \neg ”) para “não”, “não é verdade que” e todas as formas de **negação**;
- “ \vee ” para “ou”, “ou ...ou ...” e todas as formas de **disjunção**.

Agora, para *exibir* a **forma** daquelas frases compostas, olhe para:

$$(\sim C \vee S)$$

$$\sim (C \vee S)$$

$$\sim (\sim C \vee S)$$

Que tal? Consegue relacionar esses símbolos com as frases anteriores?

Outros símbolos são:

- \supset (ou “ \rightarrow ”) para “se ...então - - -” e todas as formas de **condicional**; e

- \wedge (ou “&”) para “e”, “mas” e todas formas de **conjunção**.

Assim,

- Se você vai à praia, encontra Maria.
- Você estuda Psicologia; e Maria, Direito.
- Você vai ao Cinema ou ao Shopping.
- Não vou almoçar fora hoje.

acrescentando:

“P” para “Você vai à praia”.

“E” para “Você encontra Maria.”

“F” para “Você estuda Psicologia.”

“D” para Maria estuda Direito.”

“A” para “Você vai almoçar fora.”

aquelas frases ficam:

$$(P \supset E)$$

$$(F \wedge D)$$

$$(C \vee S)$$

$$\sim A$$

Conseguiu entender isso? Isso é uma forma de **simbolização** de frases (**sentenças declarativas**) em uma notação para a Lógica Proposicional.

Dever de Casa 1.6.1 Procure, na internet, qualquer manual de lógica proposicional (ou lógica sentencial) e dê uma estudada na linguagem apresentada. Na **Apostila** (Gensler) que está no AVA você vai encontrar, no Capítulo 3, uma bela e clara apresentação da Lógica Proposicional.

No AVA está, também, um RESUMÃO, no qual apresento, resumidamente, as principais ideias dessa parte da Apostila.

Exercício 1.6.2 No AVA, também, há uma série de exercícios (Ex. 05 – 09) sobre isso. Tente resolvê-los.

Então, depois desse estudo e do Resumão da Apostila, conseguiu fazer os exercícios que estão no AVA?

Fazer os Exercícios é fundamental para entender a matéria. Há, aí, um conteúdo que você só consegue entender se tentar aplicar, se treinar, como se fosse aprender Violão. Se não aplicar até se acostumar com as ideias, não fixa. Como no Violão, se não automatizar a mudança das posições, não consegue tocar com maestria.

Vamos marcar uma sessão de exercícios, para fazer esse treinamento necessário.

Dever de Casa 1.6.3 *Leia o Capítulo 3 da Apostila e coloque o RESUMÃO em um lugar de consulta de fácil acesso.*

A sessão de exercícios será como “tocar com partitura”. Vamos trabalhar consultando o RESUMÃO.

Pronto!

Com isso, terminamos a primeira parte da Unidade I, Preliminares. Aí vimos que os cuidados com a linguagem levam a refletir sobre suas relações com o pensamento e os mecanismos de atribuição de significado a suas expressões. Dos multifacetados usos da linguagem nascem algumas imprecisões decorrentes da ambiguidade de seus termos, que geram, também, erros no pensamento e na ciência. Os esforços para reduzir esses efeitos que dificultam a compreensão, até de construções comuns, levam a distinguir o pensamento (a proposição) do que é expresso pelos sinais linguísticos, as frases declarativas ou sentenças declarativas, para que sejam estudadas separadamente. Um dos estudos que se desenvolveu, paralelamente aos esforços dos linguistas e teóricos da literatura, foi a lógica que, além de instrumentos para a análise e desenvolvimento de aspectos particulares da matemática, põe à disposição uma variedade de ferramentas para o avanço da teoria da argumentação.

Começamos a mostrar como essas reflexões podem ajudar nas discussões sobre os problemas relativos ao conhecimento e à argumentação na ciência e no direito, chamando

atenção para a prática de justificação do que se afirma conhecer e para exigências formais, dos códigos, de fundamentação das decisões, dos pedidos e das contestações no âmbito do direito.

Epistemologia e Lógica como filosofia

Agora, nos aproximamos mais dos problemas do curso. Vamos começar com uma discussão tradicional sobre o caráter filosófico das áreas de estudos que enfrentaremos. A Epistemologia e a Lógica não são ciências, são Filosofia.

Vamos ver essa caracterização através de um texto de J. Shand, disponível em *criticanarede.com* e com cópia no AVA.

No artigo *O que é a filosofia?*, J. Shand ((Tradução de Vítor Guerreiro. Retirado de *Fundamentals of Philosophy*, org. John Shand (Londres: Routledge, 2003). Termos de utilização: Não reproduza sem citar a fonte Copyright © 1997–2013 *criticanarede.com* ISSN 1749-8457) apresenta ideias muito interessantes. Veja a estrutura do artigo. Simplesmente, passe as páginas, para ver como ele divide o assunto:

- Introdução
- A casa que os filósofos construíram
- As áreas da filosofia
- Os problemas da filosofia
- Intemporalidade
- Além do factual

- Os objetos de estudo da filosofia
 - Epistemologia
 - Metafísica
 - Lógica
 - Ética
 - Filosofia antiga
 - Filosofia medieval
 - Filosofia moderna: os séculos XVII e XVIII
 - Filosofia da mente
 - Filosofia da linguagem
 - Filosofia da ciência
 - Filosofia política
 - Filosofia das artes
 - Filosofia da religião
 - Filosofia continental
- O futuro da filosofia

Percebeu essa estrutura? Viu a Figura em que ele apresenta as relações entre diversas áreas da filosofia?

Agora,

Dever de Casa 2.0.1 *leia o texto do J. Shand, O que é a filosofia? (cópia no AVA).*

Vou listar algumas ideias que acho muito importantes, para você localizar no texto e aprofundá-las.

A filosofia é uma grande aventura intelectual, [...] é uma das coisas mais importantes que podemos fazer com as nossas vidas.

A filosofia é o que acontece quando se começa a pensar pela própria cabeça.

- Assim que nos libertamos dos hábitos das crenças recebidas, [...] e
- começamos realmente a **pensar** acerca daquilo em que devemos acreditar,
- à luz da razão (*argumentos*) e indícios,
- **começamos** a fazer filosofia. [...]

A glória da filosofia — [...] — é nada estar interdito, nem mesmo o valor da razão, ou, na verdade (embora isto possa parecer paradoxal), o próprio estatuto da filosofia. Não há restrições.

A filosofia é o bastião do pensamento livre e da exploração de ideias, acima de tudo.

A filosofia não gera a dúvida vazia nem uma certeza inalcançável.

O âmbito da filosofia é vasto e [...] divide as suas energias em **áreas de especialização**. Estas áreas têm **duas características**:

- algumas áreas têm um objeto de estudo que parece sustentar grande parte daquilo que pensamos e fazemos
- outras áreas sustentam preocupações mais particulares.

As áreas alimentam-se entre si e estão inter-relacionadas.

Pode-se dividir a filosofia em três grupos.

- os temas do Grupo 1 sustentam os problemas considerados no Grupo 2
- e têm consequências para as conclusões a que se chega no Grupo 2
- este grupo encontra-se em constante referência ao Grupo 1.
- Os temas no Grupo 3 não levantam considerações filosóficas fundamentais novas, mas aplicam a áreas específicas todos os problemas que se encontra nesses grupos.

A Lista de alguns dos problemas filosóficos mais básicos e mais comumente tratados que está no texto

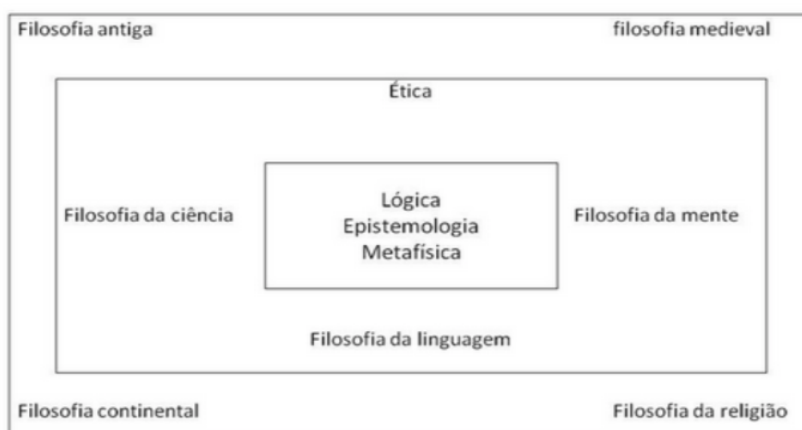


Figura 1 – Relações entre as áreas da Filosofia

é muito interessante. Examine-a com atenção e você terá uma visão muito ampla do alcance das discussões filosóficas.

Siga o conselho do autor: pense em diversas maneiras possíveis de responder e que razões se tem para pensar que essas respostas são corretas.

Não é controverso afirmar que **os problemas filosóficos são intemporais**.

[...] a filosofia é muito diferente da ciência — um químico raramente acharia interessante averiguar o que outro químico afirmou acerca de algo há cem anos.

Uma coisa é bastante certa: *a questão de os problemas filosóficos serem ou não intemporais é em si própria um problema filosófico.*

- *A filosofia não se preocupa normalmente com a recolha de fatos.*
- Pode-se deixar isso para outras disciplinas, como a ciência, a história, a psicologia ou a antropologia.
- Há uma razão dupla para isto.
 - Em primeiro lugar, a filosofia lida normalmente com assuntos que têm de estar pressupostos na recolha de fatos — questões acerca da verdade e cognoscibilidade da realidade, por exemplo.
 - Em segundo lugar, os fatos são normalmente insuficientes para lidar com o problema filosófico. Isto é particularmente óbvio em ética.

O esboço conciso dos objetos de estudo da filosofia dá uma boa ideia do que fazem os filósofos. Examine a lista.

- A filosofia continuará enquanto algumas pessoas mantiverem a perspectiva de que

pensar cuidadosamente por si próprias é importante

- É difícil determinar que preocupações filosóficas estarão no centro das atenções das pessoas no futuro.
- Parece que haverá sempre alguém a tentar debater-se com as questões mais profundas, indisposto a aceitar sem questionar as respostas que por acaso estejam à mão.

Exercício 2.0.2 *Vá ao AVA. Faça os exercícios sobre a leitura do texto de Shand (Ex. 10 – 11).*

E agora? deu para entender o que o J. Shand quer dizer sobre a Filosofia e o lugar e os problemas característicos da Epistemologia Geral e da Teoria da Argumentação (Lógica) na Filosofia?

Vamos destacá-los, para ninguém esquecer o que nos espera!!

Epistemologia: a natureza do conhecimento:

- se pode afirmar com verdade que podemos conhecer, por contraste a ter apenas crenças e opiniões acerca disso?
- podemos rebater as perspectivas de cépticos que afirmam que, estritamente falando, não pode-

mos conhecer tudo aquilo que afirmamos poder conhecer, se é que podemos conhecer alguma coisa?

Lógica:

- natureza e identificação das boas inferências: as circunstâncias em que se diz que uma afirmação se segue de outra.
- compreender e classificar os casos em que as afirmações, se são verdadeiras, justificam em alguma medida a verdade de outras afirmações.

É a isso que nos dedicaremos a seguir. Estudar a natureza do conhecimento e a natureza das boas inferências, para sermos capazes de distinguir o conhecimento das meras crenças e opiniões e ao justificar o que dizemos que sabemos fazê-lo com os melhores argumentos que possamos construir.

Estou contando que você fez todos os exercícios, que são preparatórios para essas novas discussões.

O conhecimento

Agora, a última parte da Unidade I: O conhecimento. Vamos discutir três questões interessantes:

- A definição tripartida de conhecimento
- O problema de Gettier
- A justificação e a argumentação.

Vamos fazer essa discussão a partir de alguns textos que estarão no AVA, para acesso na ocasião oportuna.

Os textos fundamentais serão: o **Teeteto**, de Platão; e os **Segundos Analíticos** ou **Analíticos Posteriores**, de Aristóteles. São dois textos clássicos — você viu pelos autores — que contêm as primeiras discussões sistemáticas sobre o Conhecimento.

O Teeteto é, com certeza, a primeira sistematização dessas discussões. É um diálogo. Platão narra, através de um texto em que Euclides relata um diálogo entre Sócrates, Teodoro e Teeteto, que é o principal personagem, uma discussão que leva à “definição tradicional” de conhecimento. No AVA, há uma seleção de trechos — “Fragmentos de TEETETO” — que contém o que é mais básico para seguir a discussão,

sem perder aspectos importantes do desenvolvimento do método socrático de discussão, a Maiêutica. Versão do texto completo pode ser encontrada em

www.dominiopublico.gov.br

Dever de Casa 3.0.1 *Vá no AVA, e leia Fragmentos de Teeteto.*

Tente entender o método de discussão de Sócrates. Preste atenção que ele investiga o significado do que Teeteto diz e o vai conduzindo, através de perguntas, a uma definição aceitável de conhecimento, embora a discussão não tenha fim.

O outro texto clássico que vamos examinar sobre essa mesma questão é de Aristóteles: *Segundos Analíticos* (ou *Analíticos Posteriores*). Semelhantemente, haverá um texto no AVA — “Fragmentos de Analíticos Posteriores” — com alguns trechos mais característicos sobre essa discussão, selecionados da tradução portuguesa indicada da obra de Aristóteles. As discussões sobre a aquisição do conhecimento em Aristóteles, porque vinculada a sua visão lógica da linguagem, será adiada até o começo das discussões sobre lógica, na Unidade II.

Você vai perceber que os temas e a forma de discussão são completamente diferentes do que está no Teeteto. Mas o problema é o mesmo: o conhecimento, a aquisição do conhecimento, as formas de conhecimento.

3.1 A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)

Sabemos que são diferentes as posições de Platão e Aristóteles sobre o conhecimento. Tradicionalmente, estuda-se o conhecimento a partir do Teeteto, e chama-se a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada a “definição tradicional”.

Pois bem, para recomeçar a discussão, vamos ler e discutir o texto de Álvaro Nunes, *O que é o conhecimento?*, que está em www.criticanarede.com e tem cópia no AVA.

Dever de Casa 3.1.1 *Vá ao AVA e leia o texto de Álvaro Nunes, O que é o conhecimento?*

Então, comecemos. Álvaro Nunes, em *O que é o conhecimento?* (em [criticanarede.com](http://www.criticanarede.com), com cópia no AVA), nos apresenta:

- Tipos de conhecimento:
 - Conhecimento de aptidões ou saber-fazer
 - Conhecimento por contato
 - Conhecimento proposicional
- A definição de conhecimento
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença verdadeira
 - Só há conhecimento se a crença verdadeira for justificada

Até aí ele apresenta a definição do Teeteto. Entendeu? É essa a discussão que vamos continuar com o estudo das diversas teorias que tratam da Crença, da Verdade e da Justificação.

Dever de Casa 3.1.2 *Vá lá. Vá ao AVA e leia esse texto do Nunes para a próxima discussão.*

Depois desse estudo discussão do texto do Nunes, vamos discutir cada aspecto da definição, através de textos de

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

As partes a serem discutidas estarão no AVA.

Temos, então, que **Conhecimento é Crença Verdadeira Justificada**. Vamos aprofundar essa discussão, estudando algumas teorias sobre esses temas (se quisermos, sobre o uso desses termos na discussão filosófica sobre o conhecimento).

A crença

O primeiro problema é caracterizar bem “Crença”. Vamos nos valer do texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Crença. In: MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 47-65.

Antes de uma leitura cuidadosa desse texto, observe sua estrutura (passe as páginas e veja as seções em que está dividido):

- Introdução
- As crenças e os estados de representação
- As crenças e a atribuição de crenças
- Acaso as crenças são transparentes?
- As crenças e os ideais teóricos
- O eliminativismo e suas previsões

Por aí dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam a definição de Crença.

Dever de Casa 3.1.3 *Vá ao AVA e leia o texto A Crença, de MOSER et al.*

Agora, dê uma atenção ao primeiro parágrafo do texto. Lembra-se de que já tratamos dela, quando introduzimos a necessidade dar atenção a estruturas argumentativas?

Tente entender essa estrutura argumentativa e você verá uma forma de argumentação muito comum na filosofia. Aliás, já vimos que a filosofia depende da argumentação para estabelecer seus pontos de vista. Ela não apresenta comprovação “científica”, empírica, para suas afirmações.

Relembrando:

Definição 3.1.4 (Argumento) *Um argumento é um conjunto de proposições, um das quais é a conclusão (o que se quer provar, justificar, fundamentar) e as demais são premissas (o que se alega que prova, justifica, fundamenta a conclusão).*

Dever de Casa 3.1.5 *Releu o primeiro parágrafo? Vá lá. Faça uma leitura cuidadosa e observe se você vê a estrutura argumentativa que o caracteriza. Tente “montar” esse argumento, explicitar sua estrutura e simbolizar, naquela linguagem do Cálculo Proposicional que estudamos.*

Vou dar uma ajuda. Vou fazer a parte inicial e deixo o resto para você se divertir e refazer o Ex. 00.

Lá vai.

Examine o seguinte fragmento do texto, logo depois das duas primeiras frases:

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

SE a análise epistêmica tradicional estiver correta, [ENTÃO] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

DESCRITA DESSE MODO, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões ‘DESCRITA DESSE MODO’ e ‘TALVEZ ISSO EXPLIQUE PORQUE’ podem ser lidas como **por isso?**

Então, a frase regida por cada um desses “por isso” é uma CONCLUSÃO extraída da anterior.

Logo, há um argumento aí:

PREMISSA : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 2 : [I]sso expli[ca] porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação importante: **a cada conclusão corresponde um argumento.**

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Vamos avançar um pouco mais.

Veja essa análise:

PREMISSA 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

PREMISSA 2 (OMISSA) : A análise epistêmica tradicional está correta.

CONCLUSÃO 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.

PREMISSA 3 (OMISSA) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Que tal? Aí está o primeiro argumento. Veja que foi necessário obter uma conclusão intermediária nova CONCLUSÃO 0.1, que se transformou em Premissa, para continuar.

Vamos aplicar o que já sabemos de lógica proposicional para avaliar o que está aí. Vou reescrever o argumento para inserir, em parênteses após as frases declarativas, as letras que vão representá-las.

PREMISSA 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta (P), [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento (Q).

PREMISSA 2 (OMISSA) : A análise epistêmica tradicional está correta.

CONCLUSÃO 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.

PREMISSA 3 (OMISSA) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento (R).

CONCLUSÃO 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

A **forma** desse argumento é, então:

| | | |
|-----------------------|-----------------|--|
| PREMISSA 1 : | $(P \supset Q)$ | |
| PREMISSA 2 (OMISSA) : | P | |
| CONCLUSÃO 0.1 : | Q | Obtido das Premissas 1 e 2, por <i>modus ponens</i> |

Tabela 1 – Formalização do Argumento do primeiro parágrafo de A Crença

Gostou?

Fazendo a Tabela de Verdade, prova-se que este argumento é válido, i.e. se as premissas forem verdadeiras, é impossível a conclusão ser falsa. Lembra-se disso?

Lá vai:

| P | Q | $(P \supset Q)$ | $((P \supset Q) \wedge P)$ | $((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q)$ |
|-----|-----|-----------------|----------------------------|--|
| V | V | V | V | V |
| V | F | F | F | V |
| F | V | V | F | V |
| F | F | V | F | V |

Tabela 2 – Teste de Validade do Argumento do primeiro parágrafo de A Crença

Descobriu por que o argumento é válido?

Consulte o RESUMÃO.

Dever de Casa 3.1.6 *Complete esse trabalho. Tente descobrir quais são as premissas que foram omitidas, que estão implícitas, na continuação desse argumento (para gerar a Conclusão 2). No AVA há um espaço para apresentação de sua construção.*

Exercício 3.1.7 *Faça o Ex. 13.*

Então, voltando ao texto:

- a importância atribuída à análise filosófica geral do conhecimento gerou um conceito de crença (e de justificação) rarefeito e abstrato e
- deixou de englobar
 - diversas diferenças epistemologicamente significativas entre vários estados cognitivos, e,
 - também, muitas relações importantes entre a epistemologia e a psicologia.

Por isso, as Seções (temas) desse Capítulo.

Tudo claro sobre Crença e os problemas que têm sido discutidos em torno desse tema?

Vamos revê-los rapidamente. Essa esquematização é a reprodução do texto *itemizado* com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.

As Crenças e os Estados de Representação

- crença, segundo o uso comum do termo, é sempre uma crença em um determinado estado de coisas
- por isso, a crença é intencional ou tem **significado**
 - o significado de uma frase é dado pela proposição que expressa,
 - o significado de um estado mental, como uma crença, é proporcionado pelo estado de coisas, ou a proposição, que tem de existir para que a crença seja verdadeira
 - por isso (intencionalidade), as crenças são sempre representativas e funcionam como mapas pelos quais retratamos o mundo que nos cerca e nele “navegamos” (ver Armstrong 1973, Cap. 1).
- cada “atitude propositiva” — estado psicológico como a crença, o desejo, a esperança e o medo — é especificada por dois fatores:
 - a relação psicológica e
 - o conteúdo propositivo
- pode haver várias *atitudes diferentes* em relação à mesma proposição (veja o exemplo dos Mastins):
 - ACREDITAR **que** os mastins são os melhores,
 - DESEJAR **que** os mastins sejam os melhores,
 - TER MEDO **que** os mastins sejam os melhores, ou
 - TER ESPERANÇA **que** os mastins sejam os melhores,
- **qualquer relação psicológica (crença, desejo, medo, etc.) pode ter por objeto diversas proposições**

- o que torna esses estados diferentes entre si não é a *atitude propositiva*, mas sim o *conteúdo propositivo* de cada um deles, as proposições às quais a atitude (no caso, a crença) se refere.
- suposição tradicional: a noção de crença é algo muito claro.
- graus diversos de confiança: podemos estar mais ou menos confiantes na verdade de uma proposição.
- a confiança em uma crença faz variar a probabilidade que você atribui (ou atribuiria) a uma proposição na qual crê.
- epistemologia contemporânea (décadas de 1960 e 1970) produziu análises volumosas e sutis da justificação e do conhecimento, mas
- **a noção de crença mereceu muito menos esforços por parte dos investigadores**
- há pouco tempo: filósofos e psicólogos passaram a estudar a crença em diversos de seus papéis cognitivos:
 - na formação de atitudes,
 - na indução,
 - na sua contribuição para os desvios cognitivos e
 - num sem número de outros processos psicológicos
- hoje em dia: **as crenças são estados que contêm informações**, estados de um tipo especial.

- o tipo da informação contida nas crenças depende do modo pelo qual essas crenças representam o mundo.
 - Se uma crença representa o mundo incorretamente — se o representa mal —, **a crença é falsa.**
 - Se uma crença representa o mundo corretamente, **a crença é verdadeira ou factual.**
- *Certos estados mentais não são representativos*: podem ter um papel epistemológico diferente do das crenças.
- experiências qualitativas não propositivas são “incorrigíveis”: não podemos cometer engano algum a respeito de seus conteúdos.
- A tese da incorrigibilidade, porém, só é correta na medida em que não haja nenhum juízo envolvido com os objetos dessas experiências.

As crenças são intrinsecamente propositivas, pois exigem um objeto propositivo.

Não são nem ações psicológicas nem episódios ocorrentes;

são estados de representação psicológicos que podem ou não se manifestar no comportamento.

As Crenças e a Atribuição de Crenças

- é indispensável fazer distinção entre a crença e a **atribuição de crenças**

Definição 3.1.8 *A atribuição de crenças é um procedimento pragmático, na medida em que tem relação com a linguagem, e particularmente com a linguagem das crenças.*

- A tolerância com que atribuímos a uma pessoa a crença em *P* não exige necessariamente que a pessoa tenha a posse de todos os conceitos necessários para crer em *P*.

Definição 3.1.9 *O Princípio de Caridade, como modalidade de atribuição de crenças, postula que devemos atribuir aos nossos interlocutores crenças que são em sua maioria verdadeiras.*

- alguns filósofos utilizaram o Princípio de Caridade para argumentar contra o ceticismo.
- Donald Davidson: o ceticismo tem de ser falso porque o Princípio de Caridade é verdadeiro.
- o Princípio de Caridade induz a um erro filosófico que precisamos identificar
 - atribuição de crenças e preferências a outras pessoas, inclui o problema de traduzir a fala dos outros para uma linguagem que sejamos capazes de compreender
- Princípio de Caridade nos oferece um método rápido de racionalização da explicação
 - a pressão de compreender favorece um método de interpretação que “coloque o intérprete numa posição de concordância geral com o falante” (Davidson 1980, p. 169).

- Davidson:

a caridade nos é imposta; quer gostemos disso, quer não, se quisermos compreender os outros, temos de partir do princípio de que eles estão certos com respeito à maioria das questões

(1980, p. 197). [...]

mesmo um intérprete onisciente “atribui crenças às outras pessoas e interpreta a fala delas com base em suas próprias crenças, como fazemos todos nós” (1980, p. 201).

- é duvidoso que o Princípio de Caridade possa lançar luz quer sobre a natureza das crenças, quer sobre o problema do ceticismo.

Acaso as Crenças são Transparentes?

- a epistemologia diz respeito, também, ao conhecimento que temos de nós mesmos: trata do **caráter do autoconhecimento**
- filósofos teceram comentários sobre as dificuldades de conhecermos o conteúdo de nossos próprios pensamentos
- Kant e outros: **chegamos a conhecer o conteúdo da nossa mente do mesmo modo pelo qual chegamos a conhecer qualquer outro fato empírico.**
- para certos filósofos: nossos estados mentais são imediatamente acessíveis à introspecção – **tese da transparência**

Nada pode haver em mim, ou seja, em minha mente, de que eu não tenha consciência. (Descartes ([1640]))

- contra qualquer versão inflexível da tese da transparência:
 - às vezes a melhor explicação do nosso comportamento exige que nos seja atribuída uma atitude que não é imediatamente perceptível pela introspecção.
 - certos estados intencionais importantes para o processamento psicológico não podem ser “acessados” à vontade, e não temos consciência deles enquanto estão em operação. Esses **estados** são chamados às vezes de **subdoxásticos**
- sobre a primeira consideração contra a tese da extrema transparência
 - podemos aceitar a afirmação de que temos estados mentais inconscientes e
 - ao mesmo tempo rejeitar quase tudo o que Freud, Adler ou Jung tinham a dizer a respeito desses estados
 - estados mentais subdoxásticos — refletem convicções cognitivas de um tipo especial
 - * Stich (1978): distinção entre os estados psicológicos comuns e os estados “sub-pessoais” ou “subdoxásticos” se define por duas características
 - isolamento inferencial e
 - inacessibilidade à consciência

- quando Stich afirma que os processos que operam nos estados subdoxásticos são “especializados e limitados”, ele antecipa a influente explicação que Jerry Fodor deu dos módulos psicológicos, chamando-os de “mecanismos computacionais altamente especializado” (ver Fodor, 1983).

Uma vez deixada de lado a ideia de que os conteúdos de nossas preferências epistêmicas têm de ser imediatamente transparentes ou acessíveis à nossa introspecção, podemos reconhecer a importância psicológica daqueles estados que ocupam de fato um papel central nas melhores teorias contemporâneas da percepção e da cognição. (p.57)

As Crenças e os Ideais Teóricos

- O discurso epistemológico é cheio de idealizações:
 - idealização da classificação das crenças como “justificadas” e “injustificadas”, mas
 - * existem vários **graus de justificação**
 - idealização da referência incondicional à crença “verdadeira”, mas
 - * muitas crenças são apenas **aproximadamente verdadeiras**
 - idealização dos valores do que nunca conhecemos com exatidão
 - * muitas medidas não têm **precisão**
- os céticos aproveitam-se disso tudo para apregoar o pessimismo epistemológico global

existe um raciocínio para justificar a inclusão de casos de inexatidão de medida na categoria do conhecimento factual:

- dadas as metas intelectuais propostas:
 - as afirmações se justificam suficientemente;
 - e são adequadamente verdadeiras, embora imprecisas.

“dois motivos pelos quais seria epistemologicamente irresponsável a ideia de que uma afirmação aproximadamente verdadeira não é realmente verdadeira.”

1. não é recomendado usar-se de uma precisão desnecessária nas medidas em geral
 - a precisão de um micron *versus* a precisão de um centímetro
 - imprecisão dos instrumentos e
 - objetivos da medida
2. a precisão geralmente se obtém à custa de mais tempo, dinheiro e esforço.

são os nossos objetivos teóricos que determinam qual é o grau de apoio ou confiabilidade necessários para que uma crença seja considerada justificada.

Os que submetem as nossas noções comuns de crença ao eliminativismo, como W V Quine (1954) e Paul Churchland (1989), não têm muita paciência com um ponto de vista epistemológico que tem por centro exatamente essa noção comum. O mesmo vale para a psicologia behaviorista radical.

o behaviorismo lógico pode ser citado aqui por dois motivos:

1. é um exemplo de como pontos de vista filosóficos em um campo dependem de pontos de vista filosóficos em outros campos
 - a exigência lógico-behaviorista de que as palavras que designam estados mentais (como “crença” e “desejo”) sejam definidas em função do comportamento observável é um resquício de um ponto de vista empirista (ou seja, baseado na experiência) mais amplo.
 - moral da história: os behavioristas lógicos vão defender uma teoria empírica da justificação; e
 - os diversos pontos de vista de um filósofo sempre guardarão entre si um vínculo temático definido.
 - “Sob este aspecto, a filosofia é irremediavelmente holística.”
2. o behaviorismo lógico diz respeito à opinião genérica, aqui apresentada, acerca da natureza da crença.
 - partimos do princípio de que a crença é uma representação mental.
 - Entretanto, a postulação de um estado interno não observável, como uma representação mental, tende a melindrar
 - os behavioristas lógicos e
 - os materialistas eliminativistas.

É difícil, porém, conciliar o eliminativismo (relativo especificamente às crenças) com os

impressionantes resultados obtidos pela psicologia perceptiva, cognitiva e social.

Se tivermos o cuidado de distinguir as crenças propriamente ditas dos motivos que temos para atribuir uma crença a uma pessoa, podemos postular um modo de provar que alguém tem uma crença: se uma pessoa acredita em P , essa pessoa há de concordar com a proposição P em determinadas condições (entre as quais se inclui, por exemplo, a ausência da intenção de dissimular a própria crença). (p. 59-60)

- esse critério é **falível** e ele não basta para fornecer uma definição total do termo “crença” :
 - uma pessoa sempre pode se recusar a concordar com uma proposição
 - pode buscar iludir os outros com respeito às suas crenças verdadeiras
- mesmo assim, se a pessoa acredita em P , ela há de concordar com a proposição P nas circunstâncias adequadas.
- ONISCIÊNCIA: Se a crença inclui essa tendência ou disposição de concordar com uma proposição determinada, podemos nos perguntar **quantas outras crenças temos em virtude de ter uma crença particular?**
- o exemplo da matemática:
 - Será que, se você crê nas leis da matemática, também crê em todas as consequências lógicas dessas leis, ou seja, nas consequências que delas decorrem pelas leis da lógica?

- certas crenças encontram-se abaixo do limiar da observação consciente sem afirmar que essas crenças permanecerão para sempre reprimidas na ausência da firme orientação de um psicanalista
- a suposição de que cremos em todas as consequências dedutivas de nossas crenças tem algumas implicações que vão contra a intuição
 - certos filósofos que defendem essa posição simplesmente engolem o sapo e afirmam que nós temos um número infinito de crenças
 - outros filósofos buscam um meio claro de distinguir a mera **disposição a crer em P** da **crença propriamente dita em P**

CONCLUSÃO:

Não precisamos resolver aqui a complexa questão de definir com exatidão as condições da crença. A plausibilidade de uma resposta a uma questão tão complexa não se julga com base na simples intuição. Muito pelo contrário, essa plausibilidade é avaliada segundo o critério de opiniões teóricas de natureza geral. Para todos os efeitos, dois pontos nos importam agora:

- *as crenças são representativas e implicam disposições; e*
- *parecemos ter estados cognitivos cujo conteúdo representativo não é transparente, não é imediatamente acessível à intuição.*

O Eliminativismo e suas Previsões

- eliminativismo: assumiu diversas formas na filosofia recente com respeito às crenças

Os filósofos eliminativistas afirmam que nossas crenças são meros estados cerebrais e que um dia descobriremos que a crença tal e qual atualmente a concebemos é algo que simplesmente não existe.

- esses filósofos preveem que o apelo às crenças nos discursos psicológicos e epistemológicos será eliminado em favor do apelo a estados neurológicos especificamente importantes do ponto de vista teórico.
- a epistemologia será redefinida como um ramo das neurociências, ou será simplesmente substituída por elas.

Objecções ao eliminativismo em sua forma atual:

- a previsão feita pelo eliminativismo não é perfeitamente clara:
 - 1 não está claro o que seria necessário para que um dia descobríssemos que “*as crenças não existem*”
 - em específico, os eliminativistas não ofereceram uma explicação adequada da redução radical

Definição 3.1.10 *Redução radical é uma explicação que diz quando uma teoria pode tomar por completo o lugar da outra e quando uma teoria pode ratificar de fato a existência dos objetos postulados pela outra.*

- 2 a principal previsão do eliminativismo ainda não foi confirmada

- os desenvolvimentos da neurociência cognitiva não tolheram nem tornaram desnecessários os avanços ocorridos em campos da psicologia, que usa a noção comum de crença, como a psicologia cognitiva e a psicologia social. (Quanto a alguns desses desenvolvimentos, ver Goldman, 1986, 1992.)
- saber se o eliminativismo é verdadeiro, e
- saber qual o lugar ocupado pela noção comum ou popular de crença numa psicologia científica
 - * **são semelhantes: pode ser decidido por uma investigação empírica**
- certos filósofos, sem fazer apelo aos dados empíricos, procuraram *provar que o eliminativismo é incoerente e falso*:
 - * os eliminativistas cometem um “suicídio cognitivo” :
 - as afirmações eliminativistas sobre a crença são **autocontraditórias** pelos próprios critérios do eliminativismo:
Se o eliminativismo for verdadeiro, não existem crenças de nenhuma espécie; logo, os eliminativistas não podem afirmar que acreditam no eliminativismo.
- argumentos de autocontradição dependem, para sua eficácia, de uma correta reconstrução da posição atacada:

- * defesa dos eliminativistas (reconstrução do argumento):
 - os eliminativistas alegam que o eliminativismo prevê que a verdade eliminativista vai superar a capacidade de expressão das noções populares
 - a crença não é uma categoria teórica de um vocabulário científico amadurecido
 - mesmo que falte um substituto adequado do vocabulário da crença, disso não decorre que o vocabulário da crença reflita posições teóricas mais dignas de confiança
 - tudo o que se pode dizer é que, às vezes, o único vocabulário de que dispomos (neste caso, o vocabulário da crença) é errôneo
 - pode ser que, um dia, uma nova teoria científica forneça um vocabulário que expresse novas noções cognitivas e neurológicas que, juntas, substituam a noção popular de crença
 - se essas noções neurocientíficas surgirem, só então deveremos decidir, a partir dos novos dados empíricos obtidos, se o eliminativismo tem razão de ser e se a psicologia popular é falsa ou verdadeira.
- críticos do eliminativismo devem reconhecer seu caráter previsivo e avaliá-lo segundo esse fato

- dois problemas surgem:
 - * em primeiro lugar, atualmente não há motivos suficientes para pensar que a hipótese do eliminativismo será de fato comprovada pela ciência do futuro
 - * em segundo lugar, pode-se avaliar as teorias cognitivas de acordo com os dados atuais, que não exigem a eliminação da noção de crença
 - * a descrição dos estados subdoxásticos (dos quais não temos consciência) deixou claro que a psicologia científica tem importante papel a desempenhar para a formulação de uma teoria epistemológica
 - * **filósofos** se ocuparam de delinear noções epistemológicas gerais, como as de crença e justificação, ao passo que
 - * **psicólogos** se dedicaram a especificar, pelo menos em certa medida, os mecanismos que de fato são responsáveis pela formação e justificação das crenças
- a capacidade de crer não é um privilégio dos seres humanos
- qualquer animal capaz de representar o mundo é um crente em potencial
- nem sempre é fácil identificar o conhecedor potencial, por maior que seja a inocência com que venhamos a empregar o vocabulário da intencionalidade para descrever o comportamento animal

- * abelhas fazem uma “dança” para comunicar a outras a direção de uma fonte de néctar
 - * para evitar um possível ataque, a cobra heterodonte se finge de morta e, num gesto ainda mais dramático, é capaz de pôr sangue por uma glândula especial
 - * muitos pássaros que aninham no chão, para proteger a ninhada dos predadores, fingem-se feridos e desviam a atenção dos predadores dos passarinhos que estão no ninho
- Será que esses animais têm crenças?
 - Será que a comédia da asa quebrada da carambola nasce de uma crença de que, se o predador crê-la ferida, perseguir-la-á e não a seus filhotes?
 - *certos conhecimentos são inatos*

O pressuposto que serve de base para todo este capítulo é que o conhecimento propositivo, tal como é entendido tradicionalmente, tem como pré-requisito o tipo de estado de representação que chamamos de “crença”. A crença, porém, é um fenômeno psicologicamente complexo, e cabe à psicologia cognitiva decifrar com exatidão o seu funcionamento. (p.64)

- sob este aspecto a epistemologia tem algo a lucrar com as lições da psicologia.

Em suma, pois, verificamos que as crenças são intrinsecamente representativas e que não devem ser confundidas com uma mera atribuição de crenças. Nossas crenças como estados de disposição não nos são sempre imediatamente acessíveis, mas essa falta de transparência não põe em xeque a realidade das crenças. Não encontramos motivo algum para adotar o eliminativismo no que diz respeito às crenças; muito pelo contrário, manifestamos nossas dúvidas acerca da previsão eliminativista de que o progresso da ciência virá um dia a tornar dispensável a própria ideia de crença. Depois de assim delinear a natureza da crença, podemos nos voltar para a próxima condição essencial do conhecimento: a verdade. (p. 64-65)

A verdade

O segundo problema é caracterizar bem “Verdade”. Vamos nos valer do texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Verdade. In: MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 67-84.

Dever de Casa 3.1.11 *Vá ao AVA e leia MOSER et al. A Verdade.*

Antes de uma leitura cuidadosa desse texto, observe sua estrutura (passe as páginas e veja as seções em que está dividido):

- Introdução
- O relativismo
- A verdade e a correspondência
- A verdade e a coerência
- A verdade e o valor pragmático
- Espécies e noções de verdade

Por aí dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam a definição de Verdade. Agora, comece a ler com atenção e se detenha na distinção entre as discussões sobre **a Verdade** e sobre **as proposições Verdadeiras**. Isso é altamente relevante. Lembre-se que esse problema se coloca a partir da definição de conhecimento proposicional que é apresentada:

Definição 3.1.12 *Um sujeito, S, conhece uma proposição, P, se e somente se*

- a) *S acredita em P;*
- b) *P é verdadeira; e*
- c) *a crença de S em P está justificada.*

Viu? O que interessa, no final das contas, é definir o que significa a expressão “*P* é verdadeira”.

Quando terminar sua leitura, que você pode complementar com outros textos que encontrar, examine o esquema que vai adiante. Lembre-se: essa esquematização corresponde a minha leitura. Portanto, tem as distorções da minha forma de ver essa discussão. Essa esquematização é a reprodução do texto *itemizado* com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.

Introdução

- outra condição essencial para o conhecimento: **verdade**
 - só sabemos *P* se cremos em *P* e *P* é verdadeira
- agora, a questão é: **o que é a verdade?**
 - parece uma pergunta filosófica excessivamente profunda
 - para muitos filósofos, a Verdade (com “V” maiúsculo) deve ser temida e venerada, mas não analisada
 - para muitos outros a pergunta não tem uma tal aura de profundidade está ligada às questões de:
 - * **como as frases e afirmações verbais podem ser verdadeiras e**
 - * **como as atitudes propositivas chamadas “crenças” podem ser verdadeiras**

- questão que interessa, então é descobrir a **quais condições** uma frase, afirmação ou crença tem de atender para que seja verdadeira.

O Relativismo

- a ideia de que *a verdade é relativa* é **popular** em muitos meios
 - por exemplo, há os que afirmam que “Deus existe” é verdadeira para o crente e falsa para o incrédulo
- De que serve dizer que algo é verdadeiro para uma pessoa, e não simplesmente verdadeiro?
- é fácil confundir a tese do relativista com a afirmação de que as pessoas podem, de algum modo, fabricar a própria verdade

Não devemos confundir essa afirmação vulgar com as alegações mais controversas dos relativistas.

- a afirmação forte do relativista seria a de que pode ser verdade para mim que a janela está aberta e, ao mesmo tempo, isso ser falso para você
- isso não quer dizer que a janela pode me parecer aberta e lhe parecer fechada (aqui, não há controvérsia)
- outra afirmação parecida, mas que também não resume a tese relativista:
 - uma “crença é justificada para a pessoa A e não é justificada para a pessoa B, mas isso não é o mesmo que dizer que a crença é verdadeira para A e falsa para B”.

- posição relativista pode afirmar que são os **critérios** usados para se **determinar ou identificar** o que é verdadeiro que constituem a verdade
 - 1 podemos discutir **o que torna algo verdadeiro**: quais são as condições que definem quando uma crença ou uma afirmação é verdadeira
 - 2 podemos discutir **que métodos uma pessoa deve empregar para identificar as crenças e afirmações verdadeiras**: procurar ou escolher as crenças e afirmações que atendem às condições que definem a verdade
- pode ser que os relativistas eliminem a distinção entre as condições de identificação e as condições de definição do verdadeiro
 - **se os critérios usados pelas duas pessoas para identificar a verdade também são as condições que definem o que é a verdade, chega-se à conclusão relativista**

Não temos motivo algum para eliminar a distinção entre os critérios de discernimento da verdade das afirmações e os critérios que definem quando uma afirmação é verdadeira.
 - se se preservar essa **distinção** entre os critérios de discernimento da verdade e os critérios que definem a verdade de uma afirmação, **eliminamos** um argumento a favor do relativismo.
- **dilema dos relativistas**: a suposta verdade do relativismo é também relativa? Ou seja, é relativa à crença de um indivíduo ou grupo de indivíduos?

- se for relativa desse modo, a suposta verdade do relativismo não será nem um pouco diferente da mera opinião de um indivíduo ou grupo de indivíduos
- se a verdade do relativismo não for relativa, teremos uma suposta verdade (a saber, a verdade do relativismo) incompatível com a afirmação relativista de que toda verdade é relativa a um indivíduo ou grupo de indivíduos
- **“Qualquer que seja a alternativa escolhida, o relativismo se vê em maus lençóis.”**

A verdade e a correspondência

Segundo uma antiga tradição do que é necessário para que uma afirmação seja verdadeira, **é preciso haver uma correspondência adequada** entre as afirmações verdadeiras e as características reais do mundo.

- várias versões dessa ideia constam dos escritos de muitos filósofos
 - afirmações verdadeiras correspondem de algum modo à realidade, e as afirmações falsas não correspondem ao estado real das coisas no mundo
 - não leva ao relativismo
 - uma afirmação pode ser “aproximadamente” verdadeira
 - * a definição da verdade como correspondência tem de dispor de recursos para salvaguardar esse fato

- * numa crença aproximadamente verdadeira, a relação entre nossa representação mental do mundo e o mundo em si mesmo pode ser mais ou menos precisa
- **definição da verdade** como correspondência tem sua raiz na proposição de Aristóteles:

“Negar aquilo que é, e afirmar aquilo que não é, é falso, enquanto afirmar o que é e negar o que não é, é a verdade.”
(Met., IV, 7, 1011b 26 e segs.).

ou

“Dizer do que é, que não é, e dizer do que não é, que é, é falso, enquanto dizer do que é, que é e dizer do que não é, que não é é verdadeiro.”

- definição da verdade como uma correspondência enfrenta **algumas dificuldades**
 - 1 é difícil definir exatamente em que consiste a relação de correspondência entre uma afirmação (ou crença) e o mundo
 - 2 segundo uma hipótese, a correspondência seria uma espécie de retrato do mundo
 - * as afirmações verdadeiras retratam com exatidão o estado das coisas
 - * correspondência como um retrato se mostra insuficiente em muitos casos. Por Exemplo:

Exemplo 3.1.13

afirmações **subjuntivas**: “Se você fosse presidente dos Estados Unidos, seria famoso.” — é uma afirmação verdadeira, mas é difícil ver o que ela retrata

afirmações **contrafatuais**: “Se você tivesse estudado mais, não teria sido reprovado.”

afirmações **normativas**: sobre o deve ou não deve ser ou acontecer.

- Muitas das nossas afirmações verdadeiras mais complexas parecem não corresponder (pelo menos não diretamente) a nenhum aspecto do mundo.
- para evitar os problemas ligados à noção de correspondência pode-se formular uma definição de verdade que não parta de um conceito tão específico
- esta versão assemelha-se à afirmação de Aristóteles segundo a qual é verdadeiro dizer, do que é, que é
- a “definição semântica” da verdade, proposta por Alfred Tarski, resolve muitos desses problemas:

Definição 3.1.14 “*P*” é verdadeira se e somente se *P*, onde *P* uma sentença declarativa, e “*P*” o nome dessa oração.

A verdade e a coerência

- dificuldades de se especificar o tipo de relação que deve haver entre uma afirmação e o mundo levaram filósofos a uma definição de verdade bastante diferente
 - definiram **verdade como uma relação entre afirmações**

Definição 3.1.15 *uma afirmação só é verdadeira se guarda uma relação adequada com algum sistema de outras afirmações: coerência (apresentada por Espinosa (1632-1677) e Hegel (1770-1831) e mais recentemente por Brand Blanshard).*

Qual o sentido de dizer que uma afirmação “coere” com algum sistema de outras afirmações?

- uma das possibilidades: **implicação lógica**
- coerentistas propõem o sistema das verdades matemáticas como paradigma de um sistema coerente, capaz de produzir a verdade
- não é evidente que espécie de sistema real pode servir como base de coerência para todas as verdades
- **problema principal:** com qual sistema de afirmações uma afirmação tem de ser coerente para ser verdadeira?
 - o sistema inteiro das crenças de uma pessoa? ou
 - um sistema de crenças comuns a uma determinada cultura? ou
 - um sistema de crenças que não tem nenhuma relação direta com as crenças da pessoa?
- a definição coerentista da verdade pode ser relativista, na medida em que as afirmações só são

verdadeiras em relação a um determinado sistema de afirmações.

Portanto,

- qualquer versão da definição coerentista da verdade tem de especificar as condições que definem o sistema de afirmações coerentes que há de produzir a verdade. Sem uma tal especificação, temos todo o direito de nos negar a aceitar a definição da verdade como uma forma de coerência.

CONCLUSÃO:

A importância atribuída à coerência — como quer que seja esta definida — parece ter mais relação com a questão da justificação epistêmica do que com a questão da verdade. [...] Por enquanto, devemos tomar cuidado para **não confundir** a coerência como **definição** da verdade com a coerência como **diretriz para o discernimento ou identificação** da verdade.

A verdade e o valor pragmático

- pragmatistas norte-americanos William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) defenderam a adoção do pragmatismo para definir a verdade
- definição pragmática da verdade afirma que

Definição 3.1.16 *uma afirmação só é verdadeira se for útil de um modo determinado: utilidade cognitiva em vista da unificação da experiência que temos do mundo.*

- não é a utilidade entendida no sentido geral e comum

Os pragmatistas insistem em que a verdade é uma espécie de validação ou “corroboração” que as ideias recebem quando são postas em uso em nossas interações com o mundo.

- definição pragmática da verdade é relativista porque o tipo de utilidade que pode definir a verdade pode variar de pessoa para pessoa e de cultura para cultura
- pode-se admitir a importância das considerações relativas à utilidade cognitiva para a justificação de uma crença, e ao mesmo tempo negar que tal utilidade sirva como uma definição da verdade
- parece que, para todas as noções específicas de utilidade apresentadas pelos pragmatistas, é possível que uma crença seja considerada útil mas mesmo assim seja falsa

É evidente que certas crenças falsas podem provar-se cognitivamente úteis. Os pragmatistas, porém, parecem ter a forte intuição de que uma afirmação *não pode* ser ao mesmo tempo cognitivamente útil e falsa.

Espécies e noções de verdade

- Aristóteles estabeleceu uma distinção entre a **verdade necessária** e a **verdade contingente**

Definição 3.1.17 *Uma afirmação só será necessariamente verdadeira se não houver nenhuma possibilidade de que seja falsa.*

Definição 3.1.18 *As verdades contingentes são verdades que poderiam não sê-lo.*

- Há uma distinção entre as **proposições sintéticas** e **proposições analíticas** (Kant).

Definição 3.1.19 *A proposição analítica verdadeira é aquela cuja verdade se depreende simplesmente das definições dos termos que a compõem.*

- A distinção entre proposições analíticas e sintéticas tem sido objeto de discussão para os filósofos contemporâneos desde 1951, quando Quine publicou, no texto "Os dois dogmas do empirismo" (1951), sua famosa objeção à dita distinção.
- Quine se baseia em argumentos que demonstrariam que nenhuma das grandes definições de "proposição analítica" (dadas até 1951) seria satisfatória, em virtude de algo que Quine qualifica como uma obscuridade ou uma circularidade inaceitável
- uma visão pluralista da natureza da verdade oferece análises e critérios diversos para as variadas espécies de verdade
 - **pode-se, por exemplo, adotar a teoria da correspondência no que diz respeito às verdades sintéticas que dependem da observação, e**
 - **adotar a teoria da coerência (ou talvez o pragmatismo) no que diz respeito às verdades sintéticas e analíticas teóricas.**
- exame geral das teorias da verdade leva a tirar uma conclusão genérica:

mesmo que os filósofos concordem com uma definição geral e mais ou menos vaga da verdade, alguns evidentemente lançam mão de outros conceitos de verdade — os conceitos de correspondência, coerência e utilidade, por exemplo.

- isso não acarreta necessariamente um relativismo substantivo, que implicaria a veracidade automática das crenças de qualquer pessoa ou grupo
- não fica excluída a possibilidade de existência de noções não relativistas da verdade

A variabilidade dos conceitos de verdade não torna a simples crença (comum a várias pessoas) uma condição suficiente da veracidade de uma proposição. Em específico, a divergência das noções não acarreta uma atitude de “vale tudo” em relação à verdade.

- é importante distinguir os critérios de definição da verdade e os critérios de justificação epistêmica

CONCLUSÃO:

Em suma, pois, encontramos bons motivos para manter a distinção entre os critérios de definição e os critérios de identificação da verdade; estes últimos têm relação sobretudo com a justificação epistêmica. Em decorrência disso, expressamos dúvidas a respeito do relativismo. É claro que as crenças podem variar de

acordo com os indivíduos e as culturas, mas disso não decorre que a verdade seja igualmente relativa. Se a busca da verdade é efetivamente uma busca de objetividade, como afirmaram muitos filósofos, a noção da verdade como uma correspondência é mais afim da objetividade desejada do que o coerentismo e o pragmatismo. Pode ser, portanto, que Aristóteles, mesmo há tanto tempo, já estivesse no caminho certo.

A justificação

Agora, vamos pensar em Justificação.

Você se lembra da última parte do texto de A. Nunes?
Para você não perder tempo, aí está:

Como deve a justificação ser entendida?

Que conclusões resultam de tudo isto para a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada? Em primeiro lugar, que essa definição de conhecimento é problemática. E, em segundo lugar, que o problema reside na justificação. De resto, o problema da justificação é o problema fundamental da definição de conhecimento. As tentativas de solução deste problema têm apontado no sentido de entender a justificação de duas formas diferentes. De acordo com uma dessas formas, a justificação deve tornar impossível que a crença seja falsa. Segundo a outra, a justificação deve apenas tornar plausível (ou

provável) a verdade da crença, sem ter de a garantir. Estas duas formas de entender a justificação dão, na realidade, origem a duas concepções possíveis de conhecimento, consoante a justificação seja entendida num sentido ou no outro.

Tipos de justificação:

1. A justificação deve garantir a verdade da proposição: S conhece P se e só se S acredita em P , P é verdadeira e está justificada de modo a **garantir** a sua verdade.
2. A justificação não tem de garantir a verdade da proposição: S conhece P se e só se S acredita em P , P é verdadeira e está justificada de modo a **tornar plausível** a sua verdade. (Enfatizei.)

Pronto!

Vamos ver o que o texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Justificação e além. In: MOSER, P. K *et al.* *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85-109.

pode nos dizer sobre isso.

Como nas outras leituras, comece examinando a estrutura do texto:

- A justificação, a verdade e a anulabilidade
- A justificação pela inferência e o problema da regressão
 - O problema da regressão

- O infinitismo epistêmico
 - O coerentismo epistêmico
 - O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos
 - O contextualismo epistêmico
- Complemento à justificação: o problema de Gettier

Conseguiu ver a importância dessa discussão?

Dever de Casa 3.1.20 *Leia o texto (que está no AVA)*

Depois desse Dever de Casa, veja como esquematizei esse texto para entendê-lo melhor. Essa esquematização é a reprodução do texto *itemizado* com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.

A Justificação, a Verdade e a Anulabilidade

- adivinhação e a sorte não geram o verdadeiro conhecimento
- você não sabe que está apostando num cavalo vencedor.

O conhecimento verdadeiro não tem como únicas condições a verdade e a crença: é preciso que se estabeleça uma relação apropriada entre a satisfação da condição de crença e a satisfação da condição de verdade.

- **o conhecimento tem de ser baseado em provas**
 - isto é o que se chama: **justificação epistêmica**
- PROBLEMA:
- uma crença justificada pode ser falsa
 - admitindo a existência de crenças falsas e justificadas os epistemólogos contemporâneos aprovam o **falibilismo**:
 - uma proposição pode ser amparada por um grande número de indícios e mesmo assim pode ser falsa
 - distinção entre a justificação indutiva e a justificação dedutiva
 - quando uma proposição justificativa acarreta logicamente aquilo que ela justifica, temos um caso de **justificação dedutiva**
 - **justificação indutiva** ocorre quando uma proposição justificativa não acarreta logicamente o que ela justifica
 - A verdade não é uma condição necessária para a justificação de uma proposição.

para a maioria dos epistemólogos contemporâneos, a **justificação epistêmica é sempre anulável [*defeasible*]**, ou seja, passível de anulação

Justificação pela inferência, o problema da regressão

- qual o tipo de justificação apresentamos para nossas crenças a cerca do **mundo exterior**?

- **a maioria dos epistemólogos contemporâneos afirma que essas crenças são objeto de justificação indutiva**
- alguns céticos exigiram corroborações de natureza dedutiva para as crenças que implicam a existência dos objetos exteriores (ou seja, independentes da mente)
 - corroborações indutivas podem nos conduzir ao erro com demasiada facilidade
- outros céticos puseram em questão até mesmo a ideia de que é possível obter uma justificação indutiva, probabilística, das crenças que implicam a existência do mundo exterior.

O problema da regressão

- os céticos lançaram mão do argumento da regressão:
 - acaso dispomos de algum motivo para ter alguma crença acerca do mundo exterior baseada em outras crenças, ou seja, através de uma justificação pela inferência? Em caso afirmativo, como isso ocorre?
 - se a crença na existência dos objetos externos é supostamente justificada por outra crença, como será justificada esta última?
 - Será justificada por outra crença ainda?
 - Nesse caso, como será justificada essa outra crença?
 - Esse questionamento perturbador pode continuar indefinidamente.

- essa regressão parece complexa demais para poder corroborar os nossos raciocínios cotidianos, ou mesmo para poder figurar neles.
- opções:
 - (i) explicar por que uma regressão infinita de crenças justificativas necessárias não representa um problema;
 - (ii) mostrar o que podemos fazer para estancar a ameaçadora regressão, identificando assim o seu final; ou
 - (iii) aceitar a conclusão cética de que a justificação pela inferência é impossível, ou que pelo menos nós não temos acesso a ela.
- os epistemólogos contemporâneos oferecem *quatro soluções* gerais para o problema da regressão infinita.

1 O infinitismo epistêmico

- A **primeira solução**: infinitismo epistêmico
 - a regressão das justificativas pela inferência é infinita, mas que isso não anula o caráter justificativo das proposições em questão
- para alguns céticos, uma cadeia infinita de supostas justificativas pela inferência não é e não pode ser uma fonte legítima de justificação — justificação condicional
- outros céticos dirão ainda que a infinitude das crenças justificativas exige aparentemente uma quantidade infinita de tempo, uma vez que a formação de cada uma das crenças de sustentação leva um certo tempo

- o infinitismo não contou com muitos defensores declarados no decorrer da história da epistemologia

2 O coerentismo epistêmico

- A **segunda solução**: coerentismo epistêmico
 - toda justificação depende de um sistema, em virtude das “relações de coerência” que existem entre as crenças
 - a justificação de qualquer crença acaba num sistema de crenças com o qual a crença justificada é coerente
- razões específicas de nossas crenças podem ser encontradas numa curta sequência de crenças justificativas, ou seja, numa justificação pela inferência
- coerentistas costumam se inspirar na espécie de *justificação sistemática ou holística que as ciências oferecem*

“A teoria coerentista da justificação epistêmica — o chamado coerentismo epistêmico — é diferente da teoria coerentista da verdade.”

- duas questões importantes:
 - em **primeiro lugar**, que espécie de relação de coerência é essencial para justificar uma crença?
 - * relações de **necessidade lógica** e

- * relações de **explicação**
- em **segundo lugar**, com que espécie de sistema de crenças deve coerir a crença a ser justificada?
 - * não é qualquer sistema de crenças coerente que pode conferir justificção
 - * qual o tipo especial de sistema coerente confere a justificção epistêmica?
 - * os coerentistas não chegaram a um acordo
- objeção do isolamento contra o coerentismo epistêmico:

“segundo o pensamento coerentista, uma pessoa pode ter justificção epistêmica para aceitar uma proposição empírica contingente que seja incompatível com o conjunto total dos seus dados empíricos, ou pelo menos improvável em vista desse conjunto, o qual engloba principalmente os dados da experiência sensorial.”

- proponentes dessa objeção admitem dados empíricos provenientes da experiência perceptiva, que não envolvem o elemento crença — experiência sensorial, e não cognitiva, como são as crenças

Resumão — conclusão:

- “As teorias coerentistas, por sua própria natureza, afirmam que a justificção epistêmica depende unicamente de relações de coerência entre as proposições que a pessoa aceita ou nas quais crê.

- Por essa mesma natureza, elas desconsideram a importância essencial do conteúdo dos estados perceptivos anteriores às crenças.
- Como já dissemos, alguns coerentistas dizem que os sistemas de crenças capazes de conferir justificção epistêmica são somente os que têm uma origem causal especial, como as crenças que decorrem espontaneamente da percepção sensorial.
- Não obstante, os coerentistas ainda não chegaram a oferecer uma explicação amplamente aceita de quais são as origens das crenças especiais que compõem os sistemas passíveis de conferir a justificção empírica.
- Se não vier a fundamentar a justificção empírica em fatores anteriores às crenças, o coerentismo aparentemente continuará ameaçado pela objeção do isolamento.”

3 O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos

- **terceira solução:** fundacionalismo epistêmico
 - justificção epistêmica tem duas camadas:
 - * alguns casos de justificção **não são** baseados em inferências, e logo são fundamentais,
 - * todos os demais casos são inferenciais ou não fundamentais, na medida em que derivam, em última análise, da justificção fundamental
 - **crença não inferencial ou fundamental é uma crença justificada**

- a visão estrutural de duas camadas que se chama fundacionalismo foi proposta por Aristóteles em seu **Segundos Analíticos** como uma visão geral do conhecimento e recebeu sua formulação extrema nas *Meditações de Descartes*.
- muitos fundacionalistas divergem em tópicos dignos de nota:
 - a explicação da justificação fundamental, não inferencial, e
 - a explicação de como a justificação pode se transmitir das crenças fundamentais para as não fundamentais
 - fundacionalistas contemporâneos defendem o **fundacionalismo modesto**
 - * as crenças fundamentais não precisam nem possuir nem produzir a certeza
 - * as crenças fundamentais não precisam dar sustentação dedutiva às crenças não fundamentais justificadas
 - * uma crença fundamental, não justificada pela inferência, é uma crença cuja justificação epistêmica não deriva de outras crenças

“O típico fundacionalista contemporâneo afirma que o fundacionalismo explica como uma crença (ou uma proposição) tem justificativa para uma pessoa, e não como a pessoa pode demonstrar que uma crença (ou uma proposição) é justificada ou verdadeira.”

- três maneiras de abordar a justificação fundamental e não inferencial:
 - (i) a autojustificação;
 - (ii) a justificação por meio de experiências anteriores à crença; e
 - (iii) a justificação pela fonte confiável de uma crença, uma fonte que não seja em si mesma uma crença (a memória ou a sensação, por exemplo)

- os defensores da **autojustificação** afirmam que uma crença fundamental pode justificar a si mesma, sem recorrer à evidência ou ao apoio de nenhum fator externo

- defensores da justificação fundamental por meio de **experiências anteriores** à crença rejeitam a autojustificação literal
 - experiências perceptivas anteriores às crenças, de que aqui se trata, não são crenças em si mesmas, muito embora possam dar sustentação a algumas crenças, em específico a crenças acerca das mesmas experiências

A teoria confiabilista da justificação fundamental faz apelo à confiabilidade, ou qualidade de conduzir à verdade, das fontes da crença, ao passo que a corrente anterior, não confiabilista, invoca as experiências perceptivas particulares que subjazem às crenças fundamentais.

- teoria não confiabilista alega que a experiência da percepção pode justificar uma crença mesmo que essa percepção não seja totalmente confiável

- para o confiabilismo, as fontes das crenças — fontes essas que são as responsáveis pela justificação das mesmas crenças — têm de ter o poder de conduzir à verdade
- Alguns confiabilistas defendem uma versão do **naturalismo epistemológico moderado**: de que veem a epistemologia como uma ciência quase totalmente (senão exclusivamente) empírica e procuram na psicologia empírica uma explicação de como funciona o processo de constituição das crenças.
- os confiabilistas procuram a todo custo evitar
 - uma especificação exageradamente estreita e implausível, segundo a qual todas as crenças verdadeiras são formadas por meios confiáveis; e,
 - uma especificação exageradamente ampla, e igualmente implausível, segundo a qual os processos que em situações normais produzem crenças falsas são confiáveis mesmo assim (digamos, numa situação estranha ou que vá contra a realidade dos fatos).
- Wilfrid Sellars (1975) e Laurence Bonjour (1985) apresentaram argumentos fortes contra todas as teorias fundacionalistas da justificação não inferencial:
 - nenhuma crença pode ter uma justificativa epistêmica não inferencial, pois a crença só pode ser epistemicamente justificada se tivermos bons motivos para pensar que ela é verdadeira

- a justificação de uma crença supostamente fundamental passa a depender, na verdade, de um argumento semelhante a este:
 - a. Minha crença fundamental *P* tem a característica *F*
 - b. As crenças que têm a característica *F* têm grande probabilidade de ser verdadeiras.
 - c. Logo, minha crença fundamental *P* tem grande probabilidade de ser verdadeira.
- Se a justificação das crenças fundamentais depende de um tal argumento, elas não podem ser consideradas fundamentais de modo algum.
- Sua justificação dependerá da justificação de outras crenças: as crenças representadas pelas premissas do argumento apresentado acima. De qualquer modo, segundo esse ponto de vista, a própria ideia de uma crença fundamental, não justificada pela inferência, não passa de um mito.
- Os debates atuais sobre o **internalismo** e o **externalismo** na justificação epistêmica dizem respeito ao tipo de acesso que o crente tem de ter às bases de sustentação de suas crenças justificadas.
- epistemólogos favoráveis ao externalismo afirmam que a justificação depende essencialmente, posto que não exclusivamente, da natureza do mundo exterior ao sujeito

Pode acontecer, por exemplo, de uma crença perceptiva justificada ser constituída por processos causais inacessíveis.

É nesse contexto que os externalistas lançam mão do conceito de fenômenos subdoxásticos [...] — estados intencionais primitivos e inacessíveis à consciência; assim, ficam fora do domínio dos fenômenos que podem ser objeto da epistemologia, fenômenos esses que são tipicamente evocados pelos internalistas. [...] diferenças entre o internalismo e o externalismo envolvem muitas distinções técnicas e ainda não foram resolvidas pela epistemologia contemporânea.

- defensores do fundacionalismo modesto, ao contrário dos fundacionalistas radicais, admitem a possibilidade de a justificação epistêmica ser transmitida por vínculos probabilísticos e não dedutivos
- problema da justificação não inferencial ou fundamental das crenças subjetivas acerca do que a pessoa parece estar vendo, ouvindo, sentindo, cheirando e provando com o paladar deparam com um problema que já foi constatado há muito tempo
- têm de explicar como essas crenças subjetivas podem fornecer a justificação de crenças relacionadas aos objetos físicos externos e independentes da mente
- “As crenças subjetivas não acarretam logicamente as crenças nos objetos físicos.” — a alucinação é sempre possível

5 O contextualismo epistêmico

- **quarta solução** não cética ao problema da regressão: **contextualismo epistêmico**
- sugerida por Ludwig Wittgenstein (1969) e
- formulada explicitamente por David Annis (1978).
- Wittgenstein: “na base de qualquer crença bem fundada há uma crença sem fundamento” (On certainty, 1969, parágrafo 153).
- na base das crenças justificadas há crenças não justificadas: chegamos a uma alternativa ao infinitismo, ao coerentismo e ao fundacionalismo.
- para o contextualismo, em qualquer contexto investigativo, as pessoas envolvidas simplesmente pressupõem (a aceitabilidade de) certas proposições como pontos de partida de sua investigação — proposições “contextualmente básicas”
- **a justificação varia muito de acordo com o contexto social**
- problema: crenças injustificadas podem fornecer a justificação epistêmica de outras crenças
- a aceitação dessa ideia leva ao problema de evitar a opinião implausível de que qualquer crença injustificada, por mais que seja evidentemente falsa, pode fornecer a justificação em determinados contextos

É verdade que, em certos contextos, costumamos tomar certas coisas como pressupostos, mas isso não corrobora a ideia de que existem proposições injustificadas capazes de justificar outras. Talvez

os pressupostos contem com o apoio de boas razões. Se não contarem, precisaremos de um outro meio pelo qual possamos distingui-los das crenças injustificadas que não têm o poder de dar justificação a outras crenças. Os contextualistas terão de explicar, nesse caso, como uma crença injustificada — mas não qualquer crença injustificada — pode conferir a justificação epistêmica a outras crenças. Porém, eles não chegaram ainda a um acordo quanto a essa necessária explicação.

CONCLUSÃO

Em suma, o problema da regressão epistêmica para a justificação pela inferência é, como muitos outros problemas filosóficos, um osso duro de roer. O infinitismo, o coerentismo, o fundacionalismo e o contextualismo podem até vir a oferecer-lhe soluções viáveis, mas só depois que os epistemólogos resolverem os problemas que indicamos.

A última seção desse texto será substituída pelo texto de E. Gettier.

O que vimos até agora?

A definição tradicional de conhecimento e as discussões em torno dos termos básicos dessa definição.

Ficamos sabendo que não é fácil, mas é fascinante, fazer filosofia. Sobre aquilo que parece estar estabelecido, sobre o que todo mundo acha que não há mais o que dizer, o filósofo

problematiza, levanta problemas que somente aqueles que “pensam com a própria cabeça” são capazes de entender.

E, . . . , quando parece que tudo foi estabelecido, vem Gettier.

3.2 O problema de Gettier

Tanto o texto de Nunes quanto esse último texto que discutimos terminam com o “famoso” *Problema de Gettier* ou *Os contraexemplos de Gettier e Russell*, que expõem algumas limitações, “defeitos”, da definição tradicional de conhecimento.

Esse debate, recente, iniciado no século passado, deixa aberta, ainda, a discussão sobre a natureza do conhecimento. E, vimos, as novas investigações das neurociências e compreensão científica das funções superiores do cérebro, abrem novas perspectivas.

Dever de Casa 3.2.1 *Leia o texto de E. Gettier, É crença verdadeira justificada conhecimento?. Tem uma cópia lá no AVA.*

3.3 A justificação e a argumentação

No fim das contas, a questão principal fica aberta e a discutiremos, sob outra perspectiva, durante a Unidade 2 do curso, a partir de um ponto de vista que pode ser atribuído a Aristóteles em *Segundos Analíticos*.

Referências

ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*. [S.l.: s.n.].

COSTA, C. F. *Sobre Jogo de Linguagem*.

COSTA, C. F. *Filosofia da linguagem*. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

DICIO Dicionário on line de Português.

FREGE, G. Peirce, Frege. In: _____. São Paulo: Abril Cultural, 19xx. (Os Pensadores, XXXVI), cap. Sobre a justificação científica de uma conceitografia, p. 195–199.

GENSLER, H. *Apostila de Lógica*. [S.l.].

GETTIER, E. É a crença verdadeira justificada conhecimento? *Crítica na Rede*.

MELO, M. C. de. *Voto - ADO 26DF*. 2019. Site STJ.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TOUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NUNES, Á. O que é o conhecimento? *Crítica na Rede*.

PLATÃO. *Teeteto*.

SHAND, J. O que é a filosofia? *Crítica na Rede*.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. 6ª. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.



ISBN: 978-65-88305-02-7

100



9 786588 305027